Ambiente| Desenvolvimento

idad

# Agenda 21 Local do Concelho da Mealhada

## Plano de Ação

EEP 01.13-11/06.01

**Março 2013**

# Agenda 21 Local do Concelho da Mealhada

## Plano de Ação

Relatório elaborado para

**Câmara Municipal da Mealhada**

Largo do Município

3054-001 Mealhada

EEP 01.13-11/06.01

**Março 2013**

# Ficha técnica

| | |
|---|---|
| Designação do Projeto: | Agenda 21 Local no Concelho da Mealhada |
| Cliente: | Câmara Municipal da Mealhada<br>Largo do Município<br>3054-001 Mealhada<br>Tel. 231200980<br>Fax. 231203618<br>e-mail: gabpresidencia@cm-mealhada.pt |
| Sector Operacional: | Estudos Estratégicos e de Planeamento |
| Nº do Relatório: | EEP 01.13-11/06.01 |
| Tipo de Documento: | Relatório Final/Plano de Ação |
| Data de Emissão: | 26-03-2013 |

# Equipa Técnica

O presente relatório foi elaborado pela seguinte equipa técnica:

Carlos Borrego (Professor Catedrático, DAO/IDAD)

Miguel Coutinho (Doutor em Ciência Aplicadas ao Ambiente, IDAD)

João Ginja (Licenciado em Engenharia do Ambiente, IDAD)

Sérgio Bento (Licenciado em Planeamento Regional e Urbano, IDAD)

(página intencionalmente deixada em branco)

# Índice


1. ENQUADRAMENTO ..... 1

*1.1 Objetivos e metodologia ..... 1*

*1.2 Estrutura para o Plano de Ação ..... 2*

2. VISÃO E POLÍTICA PARA A SUSTENTABILIDADE LOCAL ..... 3

*2.1 Visão estratégica ..... 3*

*2.2 Áreas de intervenção prioritária ..... 3*

*2.3 Estratégia Europa 2020 ..... 4*

2.3.1 Estratégia Europa 2020 ..... 4

2.3.2 Política de coesão 2014-2020 ..... 5

2.3.3 Europa 2020 e A21L da Mealhada ..... 7

3. PLANO DE AÇÃO ..... 9

*3.1 Eixo de intervenção A – Dimensão Institucional, redes e parcerias ..... 11*

3.1.1 Ação A.1: Acompanhamento de estratégias europeias para a sustentabilidade ..... 12

3.1.2 Ação A.2: Operacionalização local da Agenda 21 ..... 14

*3.2 Eixo de intervenção B – Turismo e Marca Mealhada ..... 16*

3.2.1 Ação B.1: Criação e promoção de roteiros turísticos locais ..... 17

3.2.1 Ação B.2: Formação na área do turismo ..... 19

3.2.1 Ação B.3: Concurso de ideias e incubadora para empreendedorismo ..... 21

3.2.2 Ação B.4: Criação de entidade local para promoção da Marca Mealhada ..... 23

*3.3 Eixo de intervenção C – Território e Ambiente ..... 25*

3.3.1 Ação C.1: Dinamização e valorização da agricultura ..... 26

3.3.2 Ação C.2: Reabilitação Urbana ..... 28

3.3.1 Ação C.3: Mobilidade sustentável ..... 30

3.3.1 Ação C.4: Eficiência energética ..... 32

*3.4 Eixo de intervenção D – Dimensão Social e Participação cívica ..... 34*

3.4.1 Ação D.1: Estimular o movimento cívico em causas e iniciativas públicas ..... 35

3.4.2 Ação D.2: Incentivo ao voluntariado ..... 37

3.4.1 Ação D.3: Ações de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar ..... 39

4. PLANO DE MONITORIZAÇÃO ..... 41

*4.1 Implementação ..... 41*

*4.2 Monitorização ..... 41*

*4.3 Calendarização ..... 42*

*4.4 Indicadores ..... 43*

*4.5 Parceiros a envolver ..... 45*

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 47

6. REFERÊNCIAS ..... 49

7. ANEXOS

(página intencionalmente deixada em branco)

# 1. Enquadramento

O presente relatório apresenta o Plano de Ação da Agenda 21 Local (A21L) do Concelho da Mealhada, onde se efetua a apresentação de estratégias, objetivos e um conjunto de ações e metas a alcançar para cada uma das áreas prioritárias de intervenção identificadas, por forma a contribuir para a melhoria da sustentabilidade do município.

Pretende-se ainda priorizar a implementação das respetivas ações, permitindo uma calendarização compatível com os recursos existentes e disponíveis. Para cada ação serão identificadas medidas de intervenção mais concretas que devem acompanhar a operacionalização de cada ação.

São ainda identificados, sempre que possível, os meios e instrumentos existentes e/ou a mobilizar, bem como as possíveis entidades a envolver na operacionalização das respetivas ações.

A proposta de Plano de Ação deve assegurar os seguintes aspetos:

- Descrição do tipo de ação, implementação e prioridade;
- Objetivos, metas e respetivos indicadores;
- Responsáveis pela implementação das ações;
- Recursos e prazos;
- Identificar indicadores de ação e desempenho do sistema de sustentabilidade.

A construção deste documento incorpora a informação compilada no segundo workshop, que permitiu a participação das partes interessadas, na identificação de ações e eventuais parcerias e compromissos.

Apresenta-se igualmente uma estrutura de monitorização para avaliar o desempenho das ações previstas, sendo estabelecidos indicadores relevantes e adaptados a cada ação, que possibilitem a análise dos resultados da operacionalização da respetiva ação e a evolução do processo.

Paralelamente, e tendo em atenção que a presente estratégia de ação para a Mealhada se pode enquadrar num ciclo temporal mais alargado, efetua-se um levantamento de diretrizes existentes ao nível de estratégias Europeias, e respetivo ciclo de intervenções comunitárias, permitindo a aproximação do referido plano às linhas orientadoras para futuras prioridades de investimento comunitário.

## 1.1 Objetivos e metodologia

A Agenda 21 Local é um instrumento de gestão para a sustentabilidade de um local, partindo de um diagnóstico da situação pré-existente (situação de referência), estabelecendo metas a atingir nas diferentes vertentes da sustentabilidade.

O processo de implementação da Agenda 21 Local, na Mealhada, inclui o lançamento e divulgação da iniciativa, análise e diagnóstico de sustentabilidade, definição da estratégia, plano de ação, implementação, monitorização e revisão, numa perspetiva de melhoria contínua.

No relatório de Diagnóstico (IDAD, 2012), efetuou-se o levantamento das características ambientais, económicas e sociais da Mealhada através de uma abordagem sistemática da realidade local analisada sobre os quatro domínios da sustentabilidade: 1) Institucional, 2) Ambiental, 3) Social e 4) Económico.

A informação compilada foi disponibilizada em grande parte pela CMM, tendo sido igualmente realizadas auscultações diretas da população, com consulta das juntas de Freguesia e agentes locais, através de questionários à população, e com a realização de workshops, visando a identificação participada de uma visão de futuro para o concelho, bem como a identificação dos principais problemas e prioridades para assegurar a qualidade de vida no concelho.

Os dados relativos ao Diagnóstico, foram organizados de acordo com os Compromissos de Aalborg, permitindo igualmente uma avaliação do estado da sustentabilidade do concelho na lógica destes princípios. No Anexo efetua-se a apresentação da listagem de indicadores de caracterização do município utilizados na fase de diagnóstico, assim como uma síntese da avaliação efetuada, neste caso esquematizada através de uma análise SWOT[1] simplificada.

Com o levantamento dos principais problemas e potencialidades do município, e identificação conjunta da Visão Estratégica, segue-se a elaboração do Plano de Ação, a que se refere o presente documento, onde, após identificação das áreas prioritárias de intervenção, se pretende implementar um conjunto de medidas, possibilitando a sua operacionalização e acompanhamento através de indicadores específicos.

## 1.2 Estrutura para o Plano de Ação

Em termos estruturais, o presente documento é constituído por 6 capítulos, iniciando com o enquadramento, e seguindo-se o capítulo 2 com a identificação da visão e política de sustentabilidade local para o município, com a referência à Visão Estratégica e áreas de intervenção prioritária.

No capítulo 3 são apresentados elementos sobre a estratégia Europeia 2020, permitindo a identificação de linhas orientadoras, para um ciclo temporal mais alargado em termos comunitários. Esta informação visa o enquadramento do planeamento e ações propostas para a Mealhada, face às estratégias europeias e respetivas linhas orientadores para quadros comunitários futuros.

O Plano de Ação para a Mealhada encontra-se no capítulo 4, onde se identificam os principais eixos de intervenção e respetivas ações, permitindo a operacionalização das estratégias adotadas. Para cada ação são identificados, entre outros aspetos, os respetivos objetivos, agentes a envolver, obstáctulos expectáveis e indicadores para monitorização.

O capítulo 5 refere-se ao Plano de Monitorização, onde se apresentam as linhas para o acompanhamento do Plano de Ação, nomeadamente ao nível da implementação, calendarização e identificação de indicadores.

No capítulo 6, são apresentadas as considerações finais, no capítulo 7 as referências bibliográficas e no capítulo 8, relativo aos Anexos, são sistematizadas informações relacionadas com os indicadores referentes ao Diagnóstico, síntese do 2º workshop, bem como a forma como as presentes ações se relacionam com os Compromissos de Aalborg.

[1] SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats* (Pontos fortes, Pontos fracos, Oportunidades e Ameaças).

# 2. Visão e política para a sustentabilidade local

## 2.1 Visão estratégica

A Visão Estratégica para o concelho da Mealhada resulta da caracterização efetuada e da identificação de aspetos a melhorar e potencialidades do município, nas componentes social, ambiental e económica.

Esta pretende reforçar a incorporação de princípios e práticas de sustentabilidade para o desenvolvimento local, definindo as direções da sustentabilidade local e respetivos mecanismos de implementação.

Para a incorporação dos princípios e práticas de sustentabilidade no município, assume-se como essencial o envolvimento dos vários agentes locais e da população na construção de consensos e parcerias, traduzidas em ações concretas de intervenção.

Neste contexto, o município da Mealhada assume na Agenda 21 Local a seguinte visão estratégica:

**Mealhada pretende afirmar-se como um concelho de referência em termos de sustentabilidade e qualidade de vida, suportado na dinamização do património turístico e gastronómico, e numa aposta contínua no conhecimento, inovação, eficiência e qualidade ambiental, promovendo a participação cívica e a cidadania.**

Face a esta Visão Estratégica, configuram-se como prioritárias as áreas de intervenção referidas no ponto seguinte.

## 2.2 Áreas de intervenção prioritária

Neste campo, de acordo com os momentos participativos estabelecidos até ao momento, identificam-se como áreas prioritárias para intervenção, os seguintes eixos:

- Eixo de intervenção A - Dimensão institucional, redes e parcerias;
- Eixo de intervenção B - Turismo e Marca Mealhada;
- Eixo de intervenção C - Território e Ambiente;
- Eixo de intervenção D - Dimensão Social e Participação Cívica.

Face à Visão Estratégica proposta e respetiva definição de eixos de atuação, são apresentados objetivos e ações que visam a concretização da referida visão.

No âmbito do Eixo A pretende-se dinamizar as relações interinstitucionais em prol do objetivo da sustentabilidade do município, estimulando a troca de experiências com outros municípios, cidades e vilas nacionais e internacionais, bem como enquadrar a política de sustentabilidade do município nas estratégias da União Europeia tendo em conta um horizonte de longo prazo.

Ao nível do Eixo B, pretende-se estimular a componente económica, através do desenvolvimento uma política, que tire partido dos recursos endógenos e que promova uma utilização sustentável dos recursos naturais e culturais.

Quanto ao Eixo C, enquadrado na gestão do território e componente ambiental, pretende-se a consolidação de políticas de gestão territorial sustentáveis, um melhor aproveitamento do solo com dinamização de atividades agrícolas, e a definição de estratégias para a mobilidade no município, nomeadamente através da promoção de utilização de bicicleta.

Relativamente ao Eixo D, associado à componente social e participação cívica, visa a dinamização do trabalho em rede, criação de parcerias, potenciação do voluntariado e participação cívica, por forma a promover o envolvimento integrado da população, e dinamização de infraestruturas e recursos já existentes no município. A valorização do envolvimento da população e comunidade escolar, em ações de sensibilização e promoção da sustentabilidade, enquadra-se também no presente eixo de intervenção.

## 2.3 Estratégia Europa 2020

Tendo em consideração que a presente estratégia de ação para a Mealhada pode apresentar-se como estruturante para um ciclo temporal mais alargado, efetua-se em paralelo o seu enquadramento numa escala distinta, ao nível das estratégias Europeias, e respetivo ciclo de intervenções comunitárias.

O Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para 2007-2013, apresenta ainda possibilidade de concursos para apoio, incentivos a empresas nomeadamente em projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Para o quadro de referência mais alargado 2014-2020, considera-se relevante a observação das linhas orientadoras definidas pela estratégia Europa 2020.

A atual estratégia Europa 2020, define as linhas e objetivos a serem seguidas pela União Europeia e Estados-membros é apresentada pela Comissão Europeia como um caminho para a criação de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo para a próxima década, permitindo ultrapassar a crise e estabelecer condições para uma economia mais competitiva e criadora de emprego.

### 2.3.1 Estratégia Europa 2020

A estratégia Europa 2020 propõe três prioridades que se reforçam mutuamente (CE, 2010):

- **Crescimento inteligente**: desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação;
- **Crescimento sustentável**: promoção de uma economia que utilize de forma mais eficaz os recursos e que seja mais ecológica e competitiva;
- **Crescimento inclusivo**: incentivo a uma economia com elevada taxa de emprego e que assegure coesão social e territorial.

A concretização deste plano é assegurada pelo estabelecimento de cinco objetivos principais que a UE deverá atingir até ao final da presente década, e que se enquadram nos seguintes domínios: emprego, educação, investigação e inovação, inclusão social e redução da pobreza, e clima e energia [URL 2]:

1. **Emprego**: aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos;
2. **I&D**: aumentar para 3% do PIB o investimento da UE em investigação e desenvolvimento;
3. **Alterações climáticas e energia**: reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990, obter 20% da energia a partir de fontes renováveis, aumentar em 20% a eficiência energética;
4. **Educação:** reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10%, aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior;

5. **Pobreza e exclusão social:** reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.

Nesta estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, a Comissão identificou sete iniciativas emblemáticas, para dinamizar os avanços em cada tema prioritário, visando a concretização dos objetivos atrás referidos. Estas iniciativas, esquematizadas no Quadro 2.1, embora se encontrem estreitamente interrelacionadas, apresentam linhas de ação próprias, que poderão ser concretizadas numa vasta gama de ações a nível local, nacional e comunitário.

**Quadro 2.1-** EUROPA 2020: objetivos e iniciativas emblemáticas (CE, 2010).

| Crescimento inteligente | Crescimento sustentável | Crescimento inclusivo |
|---|---|---|
| **INOVAÇÃO**<br>União da Inovação – melhorar condições gerais de acesso ao financiamento para investigação e inovação | **CLIMA, ENERGIA E MOBILIDADE**<br>Europa eficiente em termos de recursos – dissociar o crescimento económico da utilização de recursos (descarbonização da economia, aumento de fontes de energia renovável, modernização de sector dos transportes e da promoção da eficiência energética) | **EMPREGO E QUALIFICAÇÕES**<br>Agenda para novas qualificações e novos empregos – modernizar o mercado de trabalho, facilitando a mobilidade da mão-de-obra e o desenvolvimento das qualificações ao longo da vida. |
| **EDUCAÇÃO**<br>Juventude em movimento – melhorar os resultados dos sistemas de ensino e reforçar a capacidade de atracão internacional do ensino superior da Europa | **COMPETITIVIDADE**<br>Política industrial para a era da globalização – melhorar o ambiente empresarial, especialmente PME, e para apoiar o desenvolvimento de uma base industrial sólida e sustentável. | **LUTA CONTRA A POBREZA**<br>Plataforma Europeia contra a pobreza – para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar ativamente na sociedade. |
| **SOCIEDADE DIGITAL**<br>Agenda digital para a Europa – acelerar a implantação da Internet de alta velocidade | | |

O novo quadro financeiro plurianual encontra-se em discussão, sendo a estratégia Europa 2020, bem como outras propostas apresentadas pela Comissão Europeia, referência para a definição de prioridades de investimento pelos Estados-Membros e pelas regiões.

### 2.3.2 Política de coesão 2014-2020

A Comissão propôs uma série de alterações importantes ao modo como a política de coesão está concebida e é implementada. Assim esta deverá incidir nas prioridades da Estratégia Europa 2020 (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo), permitindo ainda recompensar o bom desempenho, apoiar a programação integrada, monitorizar o progresso, reforçar a coesão territorial e simplificar a execução (CE, 2011).

Na regulamentação global da Política de Coesão são estabelecidas regras e disposições comuns a aplicar aos diferentes Fundos europeus (FEDER[2], FSE[3], FEADER[4], FEAMP[5] e Fundo de Coesão). Estas regras comuns abrangem a elegibilidade, instrumentos financeiros e princípios de gestão e controlo. Tendo em conta o objetivo da Agenda 21 Local, destaca-se das regras comuns, a referência ao desenvolvimento sustentável como um dos princípios

[2] Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
[3] Fundo Social Europeu.
[4] Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.
[5] Fundo Europeu para os assuntos Marítimos e as Pescas.

comuns, a aplicação de disposições de condicionalidade para garantir o financiamento da EU (condições ex ante, as quais têm que se verificar antes da atribuição dos fundos), e o apoio a abordagens integradas do desenvolvimento local orientado para a comunidade, facilitando a implementação de estratégias de desenvolvimento local por parte de grupos comunitários, autoridades locais, ONG e parceiros económicos e socias.

Neste contexto, desenvolve-se no ponto seguinte, a proposta da Comissão Europeia sobre regulamentos para o próximo período de programação dos fundos estruturais (2014-2020) relacionada com a adoção de estratégias de investigação e inovação para uma especialização inteligente (RIS3[6]), apresentada como uma das condicionalidades para aprovação dos Contratos de Parceria com os Estados Membros, bem como dos respetivos Programas Operacionais (EC, 2012a,2012b). Referem-se igualmente as linhas gerais das estratégias para o tópico relacionado com Desenvolvimento urbano sustentável integrado, e Desenvolvimento local orientado para a comunidade, temáticas que se relacionam com a estratégia da Agenda 21 Local.

**Estratégias de investigação e inovação para a especialização inteligente**

A futura política de coesão para 2014-2020, prevê a concentração temática para maximizar o impacto dos investimentos, com enfâse em investigação e inovação no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). A especialização inteligente constitui um conceito central para as políticas de inovação, promovendo o uso eficiente, eficaz e sinérgico de investimentos públicos, permitindo impulsionar o crescimento económico e a prosperidade dos países e regiões.

Assim, a futura política de coesão da UE deverá ser baseada na concentração de recursos, na identificação clara de prioridades, e no acompanhamento e avaliação de resultados, permitindo uma implementação eficaz, por exemplo através de estratégias de investigação e inovação para especialização inteligente.

As RIS3 são agendas de transformação económica integrada, de base local, que permitam direcionar o apoio político e investimentos para as prioridades nacionais/regionais mais importantes, para a promoção de um desenvolvimento baseado no conhecimento; vantagens competitivas e potencial de excelência de cada país/região; inovação baseada na tecnologia e na prática visando o estímulo do investimento do sector privado; promover o envolvimento das partes interessadas e incentivo à inovação e experimentação; inclusão de sistemas de acompanhamento e avaliação.

A preparação das RIS3 é efetuada pelos diferences atores num sistema de inovação, incluindo entre outros, empresas e estruturas industriais/empresariais, ensino superior, centros de investigação, autoridades nacionais e/ou regionais. O processo de elaboração das RIS3 passa por diferentes etapas como a análise do potencial regional, participação, elaboração de uma visão para o futuro, seleção de prioridades e definição de objetivos, definição de políticas, roteiros e planos de ação, e finalmente a integração e monitorização e avaliação dos mecanismos.

Os mecanismos propostos resultam da atualização de metodologias já existentes nas anteriores programações de fundos estruturais. No entanto, neste caso a comissão propõe fazer destas estratégias uma pré-condição para acesso ao financiamento FEDER. Deste modo, os membros da EU e as regiões devem apresentar estratégias RIS3 em vigor antes da aprovação dos Programas Operacionais de apoio a estes investimentos para poderem ser aprovados.

[6] RIS3 - *Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation*.

Deste modo, como parte da Política de Coesão da EU para 2014-2020, a Comissão Europeia propõe tornar a especialização inteligente como condição prévia para apoio de investimentos no âmbito de dois objetivos políticos:

- Reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- Melhoria do acesso e utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Refira-se que a Comissão propõe igualmente que a especialização inteligente seja condição prévia para a obtenção de apoio do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

**Desenvolvimento urbano sustentável integrado**

Esta estratégia pretende fomentar políticas urbanas integradas para melhorar o desenvolvimento urbano sustentável, tendo em vista o fortalecimento do papel das cidades no contexto da política de coesão. Os estados membros deverão formar parcerias com autoridades regionais, locais e urbanas e envolvê-las na preparação do contrato programa de parceria e na preparação, implementação, acompanhamento e avaliação dos programas.

De acordo com esta estratégia, deverá ser investido um mínimo de 5% dos recursos do FEDER, destinados a cada Estado-membro, em ações integradas para o desenvolvimento urbano sustentável. Nesse sentido, os estados membros deverão indicar as cidades nas quais o desenvolvimento urbano sustentável integrado irá beneficiar do apoio da política de coesão, que venham a implementar ações integradas para esse fim, e que participem igualmente na Plataforma de Desenvolvimento Urbano.

Com esta ferramenta pretende-se a criação de redes entre cidades e intercâmbio de políticas urbanas, que visem uma abordagem para ultrapassar os desafios que as cidades europeias enfrentam, relacionados com as consequências da estagnação económica, emprego e progresso social, bem como o impacto das alterações climáticas (CE, 2012b).

**Desenvolvimento local orientado para a comunidade (DLOC)**

Os objetivos desta estratégia visam incentivar as comunidades locais a desenvolver abordagens integradas e participativas sempre que exista necessidade de dar resposta a desafios territoriais e locais que impliquem uma alteração estrutural.

Pretende-se ainda gerar capacidade comunitária e incentivar a inovação (incluindo inovação social), empreendedorismo, e a capacidade de mudança estimulando o desenvolvimento e a descoberta de potencial inexplorada no âmbito das comunidades e dos territórios, promover a propriedade comunitária aumentando a participação das comunidades, apoiar a governação multiníveis, abrindo caminho à total participação das comunidades locais no desenvolvimento da implementação de objetivos da EU em todas as áreas (CE, 2012a).

### 2.3.3 Europa 2020 e A21L da Mealhada

Tal como realçado pela Comissão Europeia, a execução da Estratégia 2020, exige parcerias ativas entre os diversos atores intervenientes, como cidadãos, empresas, instituições sociais, e órgãos de governação, designadamente autarquias.

A Visão Estratégica apresentada para o município da Mealhada e as ações propostas visando a sua operacionalização, são transversais aos domínios da estratégia Europa 2020, enquadrando-se sobretudo como contributo para os objetivos associados ao emprego, I&D, alterações climáticas e energia, e pobreza e exclusão social, tendo em conta as propostas

em áreas associadas à economia e turismo, empreendedorismo, sustentabilidade e incremento da solidariedade.

A presente estratégia associada à implementação da Agenda 21 Local, enquadra-se igualmente em estratégias da política de coesão 2014-2020, nomeadamente as relacionadas com o desenvolvimento sustentável integrado e desenvolvimento local orientado para a comunidade. Esta relação é patente na abordagem integrada e participativa para a definição de uma visão comum, e na identificação de ações visando a sustentabilidade local.

Assim, paralelamente às restantes ações apresentadas no presente Plano de Ação, sugere-se o desenvolvimento de uma ação específica para concretizar a integração das políticas propostas neste documento, e das redes de cooperação a criar para a sua operacionalização, nas estratégias comunitárias. Deste modo será possível uma contribuição mais ativa do município na definição, concretização e operacionalização de instrumentos comunitários atualmente em fase de discussão, permitindo uma maior contribuição para os objetivos estratégicos da EU, em termos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Esta ação é apresentada como uma das medidas prioritárias e transversal a implementar no domínio institucional, cruzando-se igualmente com a importância estratégica de participação noutras redes entre cidades europeias, que permitam a troca de experiências, e intercâmbio de boas práticas no que se refere à sustentabilidade.

# 3. Plano de Ação

No presente capítulo são sistematizadas as ações propostas para cada eixo estratégico de intervenção. Na sequência da definição da Visão Estratégica para o município, e tendo em conta o diagnóstico da sustentabilidade e os momentos participativos associados à implementação da Agenda 21 Local da Mealhada, foram identificados 4 eixos principais, que se concretizam em 13 ações.

Os eixos estratégicos permitem abranger diferentes domínios da sustentabilidade, incluindo as componentes institucional, económica, ambiental e social.

No primeiro eixo (Eixo A) enquadrado na componente institucional, as ações que se apresentam visam a adoção de estratégias e procedimentos que enquadre a política de sustentabilidade do município nas estratégias de desenvolvimento de longo prazo da União Europeia.

No Eixo B as ações centram-se na componente económica, por forma a dinamizar o aproveitamento dos recursos intrínsecos do município, potenciando áreas associadas ao turismo e aos produtos associados à Mealhada.

Para o Eixo C, relacionado com a gestão do território e a componente ambiental, apresentam-se ações que visam a consolidação de políticas de gestão territorial sustentáveis, utilização e aproveitamento do solo, e definição de estratégias de mobilidade para o município.

O Eixo D, relativo à componente social, pretende a dinamização do trabalho em rede, voluntariado e participação cívica, bem como a criação de parcerias, permitindo a promoção do envolvimento integrado e participativo da população, e dinamização de infraestruturas e recursos já existentes no município.

No Quadro 3.1 apresentam-se os eixos de intervenção e respetivas ações propostas.

**Quadro 3.1-** Eixos de intervenção e ações propostas.

**Eixo de intervenção A** – Dimensão institucional, redes e parcerias
Ação A.1: Acompanhamento de estratégias europeias para a sustentabilidade
Ação A.2: Operacionalização local da Agenda 21

**Eixo de intervenção B** – Turismo e Marca Mealhada
Ação B.1: Criação e promoção de roteiros turísticos locais
Ação B.2: Formação na área do turismo
Ação B.3: Concurso de ideias e incubadora para empreendedorismo
Ação B.4: Criação de entidade local para promoção da Marca Mealhada

**Eixo de intervenção C** – Território e Ambiente
Ação C.1: Dinamização e valorização da agricultura
Ação C.2: Reabilitação Urbana
Ação C.3: Mobilidade sustentável
Ação C.4: Eficiência energética

**Eixo de intervenção D** – Dimensão Social e Participação Cívica
Ação D.1: Estimular o movimento cívico em causas e iniciativas públicas
Ação D.2: Incentivo ao voluntariado
Ação D.3: Ações de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar

Para cada ação proposta efetua-se a respetiva descrição e enquadramento, identificação dos objetivos, agentes a envolver, medidas de atuação, obstáculos, tipologia de custos, eventual enquadramento em programas de financiamento e indicadores de monitorização.

As ações encontram-se pormenorizadas nos subcapítulos seguintes através das respetivas fichas de ação, conforme a estrutura indicada no Quadro 3.2.

**Quadro 3.2-** Estrutura e conteúdo das fichas da ação.

<table>
<tr><td rowspan="2">Objetivos<br>Definição dos fins a atingir com esta ação.</td><td>Área de atuação<br>Domínio da sustentabilidade a que corresponde a ação:</td><td>Prioridade<br>Grau de prioridade da execução da ação.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Imagem descritiva da ação</td></tr>
<tr><td colspan="3">Descrição<br>Enquadramento da ação e justificação da necessidade da sua implementação.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Agentes a envolver<br>Identificação dos parceiros a envolver para a implementação da ação.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Medidas de atuação<br>Medidas concretas a implementar para atingir os objetivos definidos.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Obstáculos<br>Potenciais dificuldades na implementação das medidas de atuação.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Tipo de custos<br>Principais custos esperados na implementação da ação.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Enquadramento em programas de financiamento<br>Identificação de possíveis fontes de financiamento</td></tr>
<tr><td colspan="3">Indicadores de monitorização<br>Identificação de indicadores para a acompanhar a evolução da ação.</td></tr>
</table>

De salientar que este exercício resume e focaliza em 13 ações um processo de participação rico em que foram sendo identificadas um conjunto alargado de ideias e necessidades, não transpostas na totalidade para este Plano de Ação. Em alguns casos as medidas poderão já estar a ser objeto de intervenção, e não pressupõem a necessidade de uma ação no âmbito do presente plano, enquanto noutras situações, foi considerado o respetivo critério de prioridade.

As ideias e necessidades identificadas foram alvo de uma seleção ponderada, tendo ainda em conta a informação compilada no diagnóstico e os indicadores de caracterização da sustentabilidade do município (IDAD, 2012). Deste modo, foram consideradas como prioritárias as 13 ações que seguidamente se apresentam.

## 3.1 Eixo de intervenção A – Dimensão Institucional, redes e parcerias

O presente eixo de intervenção visa o acompanhamento, participação e operacionalização de estratégias para a sustentabilidade, em escalas territoriais distintas, como regional, nacional e europeia. Deste modo pretende-se otimizar a implementação local, contribuir para a troca de experiências e boas práticas com outras entidades, e permitir igualmente a contribuição efetiva da Mealhada para objetivos globais, através do enquadramento da sua política de sustentabilidade com as estratégias comunitárias.

Nesta área, a informação compilada no Diagnóstico (IDAD, 2012), permitiu a identificação de várias iniciativas e estratégias em termos de sustentabilidade em que o município já apresenta um desempenho relevante. Destaca-se entre outros, a própria implementação da A21L, a participação no índice ECOXXI, ECO-Escolas, e a existência de parcerias com outras cidades ou regiões europeias, bem como a implementação de ações que já dão resposta aos Compromissos de Aalborg[7].

Por outro lado, tendo em conta o horizonte temporal de implementação da presente estratégia de ação para a Mealhada, torna-se relevante o seu enquadramento ao nível das estratégias Europeias, e respetivo ciclo de intervenções comunitárias em preparação para o período 2014-2020, bem como as linhas orientadores definidas pela estratégia Europa 2020.

Neste sentido, são propostas as seguintes estratégias:

- Ação A.1: Acompanhamento de estratégias europeias para a sustentabilidade;
- Ação A.2: Operacionalização local da Agenda 21;

As ações identificadas neste eixo pretendem apoiar a implementação de estratégias e procedimentos, que permitam o desenvolvimento de uma perspetiva comum e de longo prazo para a sustentabilidade do município, e estimular a cooperação com municípios vizinhos, outras cidades e vilas, ou outros níveis de administração.

[7] Os Compromissos de Aalborg (Carta de Aalborg +10) seguem a estratégia da Carta de Aalborg, e a experiência e aprendizagem da sua aplicação em muitas cidades, reforçando o objetivo do desenvolvimento local sustentável.

### 3.1.1 Ação A.1: Acompanhamento de estratégias europeias para a sustentabilidade

| **Objetivos** | **Área de atuação** | **Prioridade** |
|---|---|---|
| Acompanhar o desenvolvimento e concretização das estratégias Europeias e respetivo ciclo de intervenções comunitárias.<br><br>Preparar e promover a participação do município nas referidas estratégias, identificando contributos para a sua operacionalização, em paralelo com a estratégia de sustentabilidade para o município.<br><br>Estimular a adesão e participação ativa em redes, plataformas de cooperação, trocas de experiências ou boas práticas com outros municípios, cidades, ou outros níveis de administração. | Institucional | Média |

**Descrição**

O presente plano de ação para a sustentabilidade da Mealhada, pretende afirmar-se como estruturante para um ciclo temporal alargado, pelo que se considera relevante o seu enquadramento numa escala distinta, ao nível das estratégias Europeias, e respetivo ciclo de intervenções comunitárias.

Para o quadro de referência atualmente em discussão, relativo ao período 2014-2020, as linhas e objetivos a serem seguidas pela União Europeia e Estados-membros são definidas pela estratégia Europa 2020, apresentada pela Comissão Europeia como um caminho para a criação de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo para a próxima década, permitindo ultrapassar a crise e estabelecer condições para uma economia mais competitiva e criadora de emprego.

A concretização deste plano é assegurada pelo estabelecimento de cinco objetivos principais que a UE deverá atingir até ao final da presente década, e que se enquadram nos domínios do emprego, educação, investigação e inovação, inclusão social e redução da pobreza, e clima e energia, podendo a estratégia associada à implementação da Agenda 21 Local na Mealhada, enquadrar-se nas estratégias e objetivos da política de coesão 2014-2020.

Torna-se pois relevante o acompanhamento e participação no desenvolvimento e operacionalização dessas estratégias e de instrumentos comunitários atualmente em fase de discussão. Deste modo, através de uma maior definição da sua correspondência com a visão e política para a sustentabilidade da Mealhada, possibilita-se uma contribuição efetiva do município para a concretização dos objetivos estratégicos da UE, em termos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Em simultâneo, e dada a transversalidade da presente ação, sugere-se a dinamização da participação em redes de cooperação, que permitam a troca de experiências, e intercâmbio de boas práticas no que se refere à sustentabilidade, sendo que estas redes poderão ser igualmente um fator decisivo na operacionalização das estratégias comunitárias.

**Agentes a envolver**

CMM, Grupo de trabalho da A21L da Mealhada, CCDR-Centro, CIM-BM

**Medidas de atuação**

Acompanhar o desenvolvimento e concretização das estratégias Europeias e respetivo ciclo de intervenções comunitárias, possibilitando a apresentação de contributos a autoridades regionais, nacionais ou comunitárias.

Definição da correspondência das estratégias europeias com a visão e política para a sustentabilidade da Mealhada, e respetivas ações a implementar.

Estimular a adesão e participação ativa em redes, plataformas de cooperação, trocas de experiências ou boas práticas com outros municípios, cidades, ou outros níveis de administração, tais como:

- Plataforma de acompanhamento da Estratégia Europa 2020 dos órgãos de poder local e regional da UE (URL 7);
- Plataforma de Desenvolvimento Urbano;
- Plataforma de Especialização Inteligente (URL 8);
- Compromissos de Aalborg (URL 9);
- Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis (URL 10).

**Obstáculos**

Necessidade de formação/conhecimento específico relacionado com os instrumentos comunitários existentes e em desenvolvimento.

Correspondência entre as estratégias Europeias e políticas de sustentabilidade local.

Dificuldades associadas à implementação das ações específicas para concretização das estratégias para a sustentabilidade.

**Tipo de custos**

Disponibilização de recursos humanos e técnicos, podendo estes estar dependentes do grau de envolvimento dos serviços municipais.

**Enquadramento em programas de financiamento**

Política de Coesão 2014-2020 (Fundos europeus FEDER, FSE, FEADER, FEAMP e Fundo de Coesão).

**Indicadores de monitorização**

N.º de iniciativas do município que contribuem para a operacionalização da Estratégia Europa 2020.

N.º de redes e plataformas de cooperação dinamizadas com outras cidades, vilas ou níveis de administração.

### 3.1.2 Ação A.2: Operacionalização local da Agenda 21

| **Objetivos** | **Área de atuação** | **Prioridade** |
|---|---|---|
| Criar um grupo de trabalho que monitorize, avalie e efetue Relatórios Periódicos sobre desenvolvimento sustentável do concelho da Mealhada.<br><br>Promover uma maior visibilidade das ações e das decisões resultantes da aplicação da Agenda 21.<br><br>Divulgar casos de sucesso e fomentar a participação dos munícipes no desenvolvimento das suas comunidades. | Institucional | Alta |

**Descrição**

No âmbito da implementação da Agenda 21 Local, a autarquia deve implementar uma gestão eficiente, em ciclos, desde o planeamento, passando pela implementação até à avaliação. Para tal é necessário o reforço do processo de Agenda 21 Local e integrá-lo de forma plena no funcionamento da autarquia, nomeadamente através da formalização de um grupo de trabalho com essa responsabilidade.

O grupo de trabalho deverá acompanhar o plano de ação e de monitorização devendo para isso elaborar documentos com a avaliação do desempenho da Agenda 21. Por forma a garantir a tomada de decisões claras, rigorosas e transparentes o grupo deverá divulgar os resultados e fomentar a participação dos agentes no processo de revisão do plano de ação.

A avaliação do plano, numa fase inicial deverá ter como base de partida os indicadores desenvolvidos na fase de diagnóstico, por forma a garantir uma avaliação contínua.

**Agentes a envolver**

CMM, Grupo de trabalho da A21L da Mealhada

**Medidas de atuação**

- Elaborar um plano de atividades;
- Garantir e disponibilizar recursos humanos, técnicos e financeiros para a execução das tarefas propostas;
- Promover, apoiar, executar e divulgar boas práticas na melhoria da sustentabilidade do município;
- Monitorizar a taxa de satisfação da população face à qualidade de vida e serviços públicos;
- Produzir e difundir regularmente relatórios do estado de sustentabilidade do concelho, permitindo a avaliação e divulgação do desempenho;
- Balanço e revisão.

**Obstáculos**

Dificuldades associadas à implementação das diferentes ações propostas.

| |
|---|
| **Tipo de custos**<br>Disponibilização de recursos humanos e técnicos, podendo estes estar dependentes do grau de envolvimento dos serviços municipais. |
| **Enquadramento em programas de financiamento**<br>Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro:<br>• Eixo prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento – regulamentos específicos: "Promoção e Capacitação Institucional"<br>Programas de financiamento associados às respetivas ações. |
| **Indicadores de monitorização**<br>N.º de ações da agenda 21 local implementadas.<br>N.º de iniciativas promovidas visando a participação da população.<br>Taxa de satisfação dos cidadãos. |

## 3.2 Eixo de intervenção B – Turismo e Marca Mealhada

O presente eixo de intervenção visa dinamizar e potenciar uma das áreas com maior importância estratégica na região, face às características intrínsecas do território. Neste ponto é relevante a associação ao compromisso economia dinâmica e sustentável definido no relatório Diagnóstico (IDAD, 2012), onde se identificaram indicadores com desempenhos distintos.

Neste campo têm sido desenvolvidas iniciativas que permitem a dinamização de potenciais recursos da região, e que se podem cruzar com os objetivos propostos para a presente ação. Destaca-se a criação e promoção da marca para os 4 produtos emblemáticos da região, e que constituem o património gastronómico do concelho (Água | Pão| Vinho | Leitão – 4 Maravilhas da Mesa da Mealhada).

Neste sentido, são propostas as seguintes estratégias:

- Ação B.1: Criação e promoção de roteiros turísticos locais;
- Ação B.2: Formação na área do turismo;
- Ação B.3: Concurso de ideias e incubadora para empreendedorismo no turismo;
- Ação B.4: Criação de entidade local para promoção da Marca Mealhada.

As ações identificadas neste eixo pretendem desenvolver uma política de gestão integrada para o Turismo, potenciando os recursos existentes, permitindo uma utilização sustentável do património natural e cultural existente na Mealhada.

### 3.2.1 Ação B.1: Criação e promoção de roteiros turísticos locais

| **Objetivos** | **Área de atuação** | **Prioridade** |
|---|---|---|
| Estimular a cooperação entre diferentes agentes e atrativos regionais, permitido a apresentação de ofertas integradas.<br><br>Permitir a dinamização e diversificação de pontos turísticos.<br><br>Promover a formação de agentes, bem como a criação de novos serviços específicos para apoio e dinamização dos roteiros.<br><br>Aumentar a permanência de turistas na região. | Economia | Média |

**Descrição**

O turismo apresenta-se como uma das áreas com maior potencial para a componente da economia local dinâmica e sustentável, face às características intrínsecas do município.

A Mealhada possui um conjunto diversificado de pontos de interesse turístico, bem como uma rede de equipamentos e infraestruturas, que complementam essa atividade, tais como alojamento, restauração ou equipamentos desportivos.

Os principais polos atrativos na região, como a restauração e o Buçaco, onde inclusive já se desenvolvem passeios temáticos pelos trilhos da Mata (orientados por monitores da Fundação Mata Nacional do Buçaco), poderão ser potenciados, permitindo o aproveitamento e dinamização de outros importantes recursos da região, através de ofertas integradas, nomeadamente com a criação de roteiros turísticos.

Para além dos pontos de interesse naturais, como as Termas do Luso e o Buçaco, destacam-se outras características histórico-patrimoniais, como espaços museológicos, edifícios históricos, quintas agrícolas, património religioso.

A presente proposta de ação visa a cooperação entre os diferentes agentes e a dinamização de atrativos regionais, permitindo a criação de novas ofertas integradas. Cruza-se igualmente com propostas de ação do Plano Estratégico Nacional do Turismo, que apontam, entre outros aspetos, para a criação de rotas temáticas e realização de *cross-selling* com outras regiões.

Neste aspeto refira-se o facto da Mealhada se encontrar inserida na Rota do Vinho da Bairrada, com a existência de vários pontos de interesse no município, dado que poderá ser relevante considerar na presente ação.

A questão da sazonalidade turística, é igualmente considerada um problema importante pelos desequilíbrios que gera. Assim, o desenvolvimento da procura nacional, através da exploração do potencial dos vários produtos turísticos, integração da realidade cultural e histórica do concelho e região poderá ser igualmente um fator que permita reduzir a sazonalidade, contribuindo deste modo para a sustentabilidade neste sector.

| |
|---|
| **Agentes a envolver**<br>Autarquia, Fundação MNB, Juntas de Freguesia, Restauração, Hotelaria, Produtores de vinho e panificação, Adegas cooperativas, Sociedade Águas do Luso, operadores turísticos, Igreja, Rota da Bairrada, Associação maravilhas da Mealhada. |
| **Medidas de atuação**<br>• Levantamento dos pontos de interesse a dinamizar (ex: zona dos Moinhos do Vale da Vacariça, MNB, casa quinhentista da Pampilhosa, restaurantes, atividade vitivinícola, património religioso);<br>• Identificar contributos de cada ator local;<br>• Criação de roteiros;<br>• Formação de guias;<br>• Divulgação e marketing. |
| **Obstáculos**<br>Falta de recursos financeiros;<br>Adesão dos agentes;<br>Dificuldades logísticas. |
| **Tipo de custos**<br>Estudo e concretização dos roteiros;<br>Material de divulgação. |
| **Enquadramento em programas de financiamento**<br>Mais Centro - Programa Operacional do Centro: Eixo prioritário 2 - Valorização do espaço regional – regulamentos específicos:<br>•"Ações de Valorização e Qualificação Ambiental"<br>•"Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados" |
| **Indicadores de monitorização**<br>N.º de roteiros criados.<br>N.º de turistas aderentes. |

### 3.2.2 Ação B.2: Formação na área do turismo

| Objetivos | Área de atuação | Prioridade |
|---|---|---|
| Promover o conhecimento do património e recursos existentes na região, permitindo a sua valorização.<br><br>Reforçar as competências dos profissionais ligados à área do turismo, ou de outros agentes que possam ser envolvidos na organização e implementação de atividades nesta área.<br><br>Qualificar agentes da área e população interessada em temáticas associadas ao turismo, como restauração, hotelaria, marketing, desenvolvimento de programas de visita/acolhimento ou línguas estrangeira.<br><br>Promoção de boas práticas e inclusão da componente de sustentabilidade no turismo. | Economia/Ambiente | Alta |

**Descrição**

Considerando o objetivo estratégico associado à promoção turística e consolidação da marca Mealhada, apresenta-se como relevante a realização de formações e sessões de divulgação direcionadas para os agentes envolvidos na área, e para a população em geral.

O Município tem organizado com regularidade conferências, palestas ou formações, sobre temas relevantes para a população e para o desenvolvimento local. A aposta nesta estratégia tem permitido a dinamização de cursos e workshops em áreas como comércio tradicional, proteção e defesa da floresta ou tecnologias da informação, possibilitando a formação dos participantes e a contribuição para a existência de uma participação ativa e informada da população em diversas temáticas.

Na componente do Turismo, a aposta na promoção da formação e qualificação da população e agentes da área poderá apresentar-se como estratégia essencial para a criação de emprego, rentabilização de infraestruturas existentes, consolidação da marca concelhia, e promoção do ambiente e do conceito de sustentabilidade. Na vertente da sustentabilidade, importa que este sector se consiga afirmar através da implementação de boas práticas, nomeadamente no que se refere à minimização de impactes no meio, e à utilização eficiente de recursos.

Como exemplo, são sugeridas temáticas associadas à área da restauração, qualidade, guias turísticos, línguas estrangeiras, marketing e sustentabilidade.

**Agentes a envolver**

Autarquia, IEFP, Agrupamento de Escolas, Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra Restauração, Hotelaria, Associação comercial, Turismo de Portugal.

**Medidas de atuação**

- Levantamento de necessidades de formação;
- Dinamização de ações de formação e workshops;

| |
|---|
| • Iniciativas de promoção e divulgação das competências desenvolvidas/adquiridas bem como divulgação de conceitos e boas práticas para um universo mais alargado (brochuras, informação online,…);<br>• Promoção de iniciativas paralelas para alunos, de diferentes níveis educativos, permitindo a introdução e familiarização com conceitos relacionados com turismo, sustentabilidade, marketing. |
| **Obstáculos**<br>Falta de recursos financeiros;<br>Adesão dos agentes;<br>Contexto social e económico. |
| **Tipo de custos**<br>Estudo e levantamento de necessidades de formação;<br>Realização de formações e workshops;<br>Dinamização de atividades com a comunidade escolar;<br>Promoção e divulgação;<br>Avaliação de resultados. |
| **Enquadramento em programas de financiamento**<br>QREN - Programa Operacional Potencial Humano:<br>• Eixo 1 – Qualificação inicial;<br>• Eixo 2 - Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida;<br>• Eixo 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa. |
| **Indicadores de monitorização**<br>N.º de formações.<br>N.º de participantes. |

### 3.2.3 Ação B.3: Concurso de ideias e incubadora para empreendedorismo

| Objetivos | Área de atuação | Prioridade |
|---|---|---|
| Promover a realização de concurso de ideias, com possibilidade de transformação em negócio, visando a dinamização do turismo.<br>Incentivar e apoiar o empreendedorismo.<br>Potenciar a concretização de projetos de negócio.<br>Informar população sobre apoios ao emprego. | Economia/Social | Alta |

**Descrição**

Face ao contexto económico-social, a inovação e o empreendedorismo continuam a apresentar-se como ferramentas essenciais para a criação de riqueza e desenvolvimento.

O Município tem promovido a realização de atividades que visam a preparação dos participantes no processo de transformação de ideias em negócios, através do desenvolvimento de conceitos como empreendedorismo, análise estratégica e financeira, e plano de negócios. Deste modo, tem sido apoiado o desenvolvimento de competências pessoais e ferramentas técnicas, que permitem a avaliação de oportunidades, promoção do projeto, definição de estratégias e a elaboração de planos de negócio.

Com o desenvolvimento de estratégias equivalentes, direcionadas para a área do turismo, onde o município possui importantes recursos, pretende-se incentivar a incubação de empresas, ou premiar a existência de dinâmicas empreendedoras potenciadoras de desenvolvimento económico neste sector.

Paralelamente a esta iniciativa propõe-se a concretização de um espaço para desenvolver, discutir e apoiar ideias, permitindo o lançamento de alicerces para a concretização e estímulo de iniciativas de negócio. A concretização de uma rede de parceiros de apoio, sensibilização e acompanhamento será uma forma de permitir a materialização da iniciativa.

Neste ponto destaca-se ainda a iniciativa a decorrer, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM), que visa a realização de concursos de empreendedorismo Municipais. Este projeto, que abrange os concelhos da Região do Baixo Mondego, onde se insere a Mealhada, enquadra-se na "Operação imaterial de promoção do empreendedorismo- CIM-BM" (Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro), e pretende facilitar e apoiar a criação de projetos empresariais na região, promover a cultura de empreendedorismo, motivar a cidadania e a criatividade, potenciar o aparecimento de projetos inovadores.

**Agentes a envolver**

Autarquia, IEFP, Escola Profissional Vasconcellos Lebre, Associações empresariais, Incubadoras de empresas, CIM-BM, ADELO.

**Medidas de atuação**

- Levantamento dos recursos necessários e de potenciais apoios;

| |
|---|
| • Identificação de parceiros e criação de rede de cooperação;<br>• Apoio técnico e acompanhamento especializado para a concretização de ideias;<br>• Realização de concurso de ideias;<br>• Promoção, divulgação e acompanhamento da iniciativa. |
| **Obstáculos**<br>Angariação de parceiros e apoios financeiros;<br>Motivação para o associativismo e empreendedorismo;<br>Contexto social e económico. |
| **Tipo de custos**<br>Apoio especializado ao empreendedorismo;<br>Ações de esclarecimento / sensibilização;<br>Material de divulgação. |
| **Enquadramento em programas de financiamento**<br>Programa Operacional Regional do Centro - Mais Centro - "Operação imaterial de promoção do empreendedorismo- CIM-BM" |
| **Indicadores de monitorização**<br>N.º de iniciativas de apoio/divulgação/promoção do empreendedorismo.<br>N.º de participantes.<br>N.º de Ideias concretizadas (formação de empresas). |

### 3.2.4 Ação B.4: Criação de entidade local para promoção da Marca Mealhada

| Objetivos | Área de atuação | Prioridade |
|---|---|---|
| Criar estrutura que trabalhe e dinamize a divulgação do concelho.<br>Divulgar e promover o Turismo, Marca Mealhada, recursos ambientais, económicos e sociais da região.<br>Permitir o trabalho em rede e a cooperação entre os diferentes atores regionais. | Economia | Baixa |

**Descrição**

O turismo e a Marca Mealhada foram assumidos como áreas estratégicas e com potencial significativo de desenvolvimento para a região. Para o seu crescimento e posicionamento numa lógica regional, nacional e internacional, visando a contribuição para a economia dinâmica e sustentável, sugere-se a criação de uma estrutura que trabalhe e dinamize a divulgação e marketing da região.

Neste ponto é relevante o conhecimento das especificidades locais, produtos e serviços, permitindo a definição de estratégias de desenvolvimento e implementação de conceitos de marketing e comunicação. Dado o enquadramento territorial do município e a proximidade a outras importantes dinâmicas turísticas, sugere-se a coordenação de esforços com outras entidades e organismos com responsabilidades na área. Neste ponto enquadra-se, por exemplo, o sector associado à produção de vinho, que faz parte da realidade cultural e económica do concelho. Este foi apresentado como aspeto a valorizar numa perspetiva integrada, eventualmente associado à promoção da Região da Bairrada, e potenciando o ecoturismo como ferramenta para o desenvolvimento numa lógica regional.

No âmbito da recolha de informação, e participação da população, a marca "4 Maravilhas" foi sendo igualmente destacada como iniciativa de grande importância estratégica na valorização dos produtos da região, e com potencial ainda a explorar. Para além da promoção dos aspetos associados à qualidade, origem e confeção dos produtos, e numa perspetiva de sustentabilidade, destaca-se a importância da preservação ou consolidação das características territoriais que permitem a existência e valorização destes produtos, designadamente para a água e vinho.

A existência desta estrutura prevê entre outros aspetos, a dinamização da componente de marketing, desenvolvimento da marca e coordenação do trabalho em rede entre os diversos atores locais, e de conciliação de estratégias com estruturas paralelas já existentes.

Esta componente relaciona-se com as restantes ações previstas no presente eixo de intervenção dada a respetiva componente de comunicação, divulgação e contribuição individual para a dinamização da economia e turismo.

**Agentes a envolver**

Autarquia, Associação Maravilhas da Mealhada, ACIM – Associação Comercial e Industrial do Concelho da Mealhada, HRCentro – Associação de Industriais de Hotelaria e Restauração do Centro, Turismo de Portugal, Fundação MNB.

| |
|---|
| **Medidas de atuação**<br>• Levantamento das necessidades de recursos e de potenciais apoios;<br>• Identificação de parceiros e formalização de rede de cooperação;<br>• Definição de estratégias e ações de promoção;<br>• Realização de iniciativas de divulgação e marketing. |
| **Obstáculos**<br>Dificuldade de articular e harmonizar as diversas entidades;<br>Investimento em recursos humanos especializados;<br>Resistência à mudança. |
| **Tipo de custos**<br>Estudo e levantamento de necessidades de promoção;<br>Realização de sessões de debate;<br>Promoção e divulgação;<br>Avaliação de resultados. |
| **Enquadramento em programas de financiamento**<br>Não aplicável |
| **Indicadores de monitorização**<br>N.º de iniciativas de promoção.<br>N.º de Entidades distinguidas com a marca 4 Maravilhas.<br>Taxa de ocupação hoteleira. |

## 3.3 Eixo de intervenção C – Território e Ambiente

As aceleradas mudanças sociais e económicas que se têm operado nos últimos anos, especialmente ao nível do uso do solo, tem levado à perda de solos com o alastramento das periferias urbanas. A tendência para a extensão dos aglomerados conduz a uma crescente separação entre atividades (casa, trabalho) aumentando o uso do veículo privado e dificultando a eficiência do transporte público. Esta situação implica a perda solos agrícolas, um aumento do consumo de energia e de emissão de poluentes atmosféricos.

Este eixo de intervenção visa a promoção, revitalização e valorização da agricultura, dos núcleos urbanos existentes, de opções de mobilidade sustentáveis por forma a reduzir o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública, e evitar situações de cargas ambientais com efeitos na saúde pública nomeadamente ao nível da qualidade do ar.

Neste ponto é importante a associação aos compromissos de Aalborg, bens comuns naturais, planeamento e desenho urbano, e melhor mobilidade e menos tráfego, avaliados no relatório de Diagnóstico (IDAD, 2012), onde se identificaram indicadores com desempenho positivo e alguns com desempenho menos positivo que importa acompanhar (Licenças de recuperação do edificado versus licenças emitidas, imóveis classificados ou em vias de classificação, ciclovias, zonas pedonais, áreas de produção de agricultura biológica, n.º de queixes de odores).

Neste sentido, são propostas as seguintes ações estratégicas:

- Ação C.1: Dinamização e valorização da agricultura;
- Ação C.2: Reabilitação urbana;
- Ação C.3: Mobilidade sustentável;
- Ação C.4: Eficiência energética.

As ações identificadas neste eixo pretendem desenvolver uma política de gestão integrada no sentido de uma melhor imagem urbana e ao mesmo tempo promover o uso sustentável do solo.

### 3.3.1 Ação C.1: Dinamização e valorização da agricultura

| **Objetivos**: | **Área de atuação** | **Prioridade** |
|---|---|---|
| Promover a gestão dos espaços rurais, de modo a evitar o seu abandono, incentivando a prática agrícola.<br><br>Contribuir para assegurar a defesa das características naturais e paisagísticas do território.<br><br>Sensibilização dos proprietários agrícolas no sentido de contrariar o abandono dos espaços agro-florestais. | Economia/Social | Alta |

**Descrição:**

A superfície agrícola útil (SAU) do município tem vindo a diminuir, tendo registado no período de 1999 a 2009 uma perda de cerca de 10%, tendo sido referido na auscultação à população como um aspeto negativo. Sendo o solo um importante recurso na distinção do município, destacando-se a cultura da vinha, é necessário definir estratégias para inverter o abandono das terras, e ao mesmo tempo promover a paisagem.

Face ao abandono do espaço agro-florestal e à falta de objetivos para o mesmo, considera-se de extrema importância intervir no sentido de incentivar a gestão do espaço agrícola e a dinamização da atividade agrícola.

Criando pequenas explorações agrícolas urbanas organizadas em torno da agricultura tradicional, o município pode tornar o meio local mais rico e mais saudável ao mesmo tempo que promovem a sensibilização da opinião pública. Além disso, é importante que sempre que existam terrenos agrícolas de alta qualidade adjacentes a zonas urbanas, estes sejam protegidos da construção.

A intervenção neste setor contribui para a diversificação e desenvolvimento de atividades económicas criadoras de riqueza e de emprego permitindo fixar população e aproveitar recursos endógenos transformando-os em fatores de competitividade.

**Agentes a envolver**

CM Mealhada, Técnicos da região agrária, Proprietários, Comunidade local, IPSS's, Juntas de Freguesia, Escola Profissional Vasconcellos Lebre.

**Medidas de atuação**

- Constituição de uma equipa para sensibilizar e promover a agricultura e formação dos agricultores;
- Criação de cursos relacionados com a atividade agrícola (incluindo jardinagem e outras);
- Criar um banco de terras (terras abandonadas, em pousio ou que estiverem disponíveis para cultivo). Pretende-se diminuir o abandono das terras, promover a agricultura e espírito comunitário;
- Promoção da atividade vitivinícola no exterior, com promoção das marcas do concelho;

- Desenvolver atividades de turismo associando a atividade vitivinícola;
- Fomentar as relações de vizinhança e partilha;
- Rentabilizar os terrenos devolutos, através da criação de hortas comunitárias para diversificar a atividade económica;
- Incentivar a agricultura biológica.

**Obstáculos**

Formação;

Propriedade privada / Cedência de terrenos;

Natureza das propriedades em causa (heranças, vários proprietários, etc.);

Angariação de fundos;

Recursos humanos e financeiros;

Gestão do património de terceiros.

**Tipo de custos**

Custos para dinamização e divulgação das iniciativas;

Custos para a dinamização dos cursos de formação;

Eventual aquisição de terrenos por parte da Autarquia.

**Enquadramento em programas de financiamento**

Do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER):

- Medida - Valorização de Modos de Produção;
- Medida- Cooperação para a Inovação;
- Medida - Informação e Formação Especializada;
- Medida - Serviços de Apoio ao Desenvolvimento.

**Indicadores de monitorização:**

N.º de cursos de formação.

N.º de Ações de promoção.

Área de hortas comunitárias e com produção de agricultura biológica (%).

Superfície agrícola útil (ha).

Área de solo integrado no banco de terras (ha)

### 3.3.2 Ação C.2: Reabilitação Urbana

| **Objetivos** | **Área de atuação** | **Prioridade** |
|---|---|---|
| Evitar a dispersão urbana, assegurando a expansão urbana dentro dos perímetros urbanos.<br><br>Requalificar/recuperar os centros evitando a sua desertificação.<br><br>Promover a reorganização das estruturas social e económica nos núcleos urbanos.<br><br>Disponibilizar meios técnicos simples que incentivem a recuperação dos edifícios devolutos. | Ambiente/Social | Média |

**Descrição**

Ao nível de planeamento das áreas urbanas observa-se uma grande dispersão dos núcleos urbanos no concelho de Mealhada, o que dificulta o planeamento e gestão urbana e territorial.

Em consequência, assiste-se à degradação e desertificação dos centros urbanos, das suas estruturas urbanas, edifícios e espaços exteriores.

Por isso, torna-se imprescindível o desenvolvimento de processos de reabilitação urbana integrada, racionalizando recursos e evitando intervenções dispersas que possam revelar-se contraditórias.

Para a sua concretização é importante a divulgação junto da comunidade, dos proprietários e dos construtores civis do conjunto de incentivos e programas, fornecendo informação adequada e realizando sessões de esclarecimento.

**Agentes a envolver**

CM Mealhada, Juntas de Freguesia, Proprietários, Moradores, Promotores e construtores civis ativos no concelho, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), CCDR Centro.

**Medidas de atuação**

- Inventariação dos imóveis degradados nos centros históricos;
- Recuperação dos edifícios com interesse patrimonial e arquitetónico;
- Criação de gabinete técnico para as ações de recuperação;
- Agilizar o procedimento de licenciamento urbanístico, aperfeiçoar os critérios de apreciação e licenciamento das operações urbanísticas;
- Criação de benefícios fiscais como redução do IMI e do IMT, bonificação de taxas ao nível do licenciamento, aplicação de uma taxa superior nos terrenos incluídos no PDM quando não urbanizados, e outros benefícios fiscais;
- Criar habitações a custos controlados para a fixação de jovens;
- Criar um Manual de Boas Práticas, onde se exemplifiquem soluções para problemas concretos nos domínios do urbanismo, da arquitetura e da construção;

| |
|---|
| • Divulgar informação relativa aos incentivos e programas de financiamento que pode ser feita através de folhetos, notas em jornais locais e regionais, Boletim Municipal e outras publicações da Câmara. |
| **Obstáculos**<br>Burocracia;<br>Envolvimento dos proprietários;<br>Disponibilidade financeira;<br>Planeamento urbano;<br>Natureza das propriedades em causa (heranças, vários proprietários). |
| **Tipo de custos**<br>Equipa técnica (estudos);<br>Obras de reconstrução/reabilitação. |
| **Enquadramento em programas de financiamento**<br>Programas: Habitação a custos controlados; Porta 65 jovem; PROREABILITA e iniciativa Jessica. |
| **Indicadores de monitorização**<br>N.º de iniciativas/estímulos à reabilitação urbana.<br>Licenças de recuperação do edificado versus licenças emitidas (%). |

### 3.3.3 Ação C.3: Mobilidade sustentável

| **Objetivos** | **Área de atuação** | **Prioridade** |
|---|---|---|
| Aumentar a utilização de transportes públicos.<br>Fomentar comportamentos para a partilha do transporte individual.<br>Promover o uso de transportes alternativos nomeadamente a bicicleta para as deslocações diárias.<br>Melhorar o ambiente e a qualidade de vida das populações residentes.<br>Promover a articulação urbana e a coesão local. | Ambiente/Social | Baixa |

**Descrição**

O aumento do crescimento do tráfego motorizado nos espaços urbanos conduz a problemas ambientais e à perda de qualidade de vida. Tomar consciência dos problemas e melhorar a compreensão de que os modos de transporte alternativos podem desempenhar um papel importante, é fundamental na melhoria da qualidade de vida das pessoas e na fruição dos espaços urbanos.

As deslocações no concelho da Mealhada são preferencialmente realizadas por intermédio do transporte particular. Os transportes coletivos são assegurados por uma única empresa em que os horários praticados servem sobretudo a comunidade escolar.

Na Mealhada, ao nível das zonas pedonais, os percursos disponibilizados concentram-se no Parque da Cidade e os trilhos pedestres na freguesia do Luso. Sendo também nestas freguesias que se verificam as ciclovias.

Contudo, observa-se que existe um número importante de população cujas deslocações são efetuadas a pé ou de bicicleta. O aumento de zonas pedonais e ciclovias foi sendo referido, nos momentos de auscultação à população, como um dos aspetos a melhorar.

**Agentes a envolver**

Estradas de Portugal, CM Mealhada, Juntas de Freguesia, Comunidade local em geral, Associações desportivas, TRANSDEV, IPSS's, Fundação Mata do Buçaco

**Medidas de atuação**

- Construção de ciclovias (ex. Luso-Mealhada; Antes-Mealhada; Pampilhosa-Mealhada);
- Criar roteiros pedestres;
- Desenvolvimento de um projeto cujo objetivo seja promover o uso da bicicleta como veículo utilitário junto da comunidade;
- Rede de transportes intra-municipal para facilitar a mobilidade da população;
- Maior divulgação dos serviços e horários existentes.

| |
|---|
| **Obstáculos**<br>Investimento;<br>Conjugação de horários dos transportes públicos;<br>Rotas. |
| **Tipo de custos**<br>Custos para dinamização e divulgação das iniciativas<br>Infraestruturas e equipamentos |
| **Enquadramento em programas de financiamento**<br>Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro:<br>• Eixo prioritário 3 Coesão Local e Urbana – regulamento específico "Mobilidade territorial". |
| **Indicadores de monitorização**<br>Ciclovias (km).<br>Zonas pedonais (km). |

### 3.3.4 Ação C.4: Eficiência energética

| **Objetivos** | **Área de atuação** | **Prioridade** |
|---|---|---|
| Reduzir o consumo e a fatura energética do município.<br><br>Monitorizar os consumos energéticos dos principais edifícios públicos e escolas e disponibilizar essa informação à população.<br><br>Promover novos comportamentos individuais no sentido da utilização racional da energia. | Ambiente | Alta |

**Descrição**

No quotidiano dos aglomerados urbanos, são necessários grandes volumes de recursos energéticos para satisfazer as necessidades e as pretensões dos seus habitantes e respetivas atividades. A dimensão populacional e elevados níveis de consumo per capita dos aglomerados urbanos têm grandes impactes sobre os limites da capacidade de carga global nomeadamente, na utilização da energia de combustíveis fósseis em edifícios urbanos, nas atividades económicas e nos transportes, e das consequentes emissões de gases com efeito de estufa e outros poluentes.

O consumo de energia acarreta enormes custos sendo por isso necessário a adoção de políticas em matéria de eficiência energética e fontes alternativas de energia. A este nível de destacar a Estratégia Nacional para a Energia (ENE2020), cujos objetivos até 2020, está em reduzir a dependência energética para 74%, obter 31% do consumo final bruto de energia a partir de fontes renováveis, e aumento de 20% da eficiência energética.

Ao nível da eficiência energética, o município não possui qualquer edifício público certificado ao abrigo do Sistema de Certificação Energética (SCE). Contudo, de destacar, a certificação de alguns edifícios particulares cuja percentagem se situa acima da média nacional e algumas iniciativas que a CMM tem levado a cabo dedicadas à poupança de energia e dirigidas aos funcionários.

O consumo de energia do município tem registado crescimentos sistemáticos, destacando-se o consumo doméstico, iluminação de vias públicas e iluminação interior de edifícios do estado, como os setores com maiores acréscimos.

O desenvolvimento sustentável em matéria de energia pressupõe, um aumento significativo da eficiência energética e a substituição da energia primária importada por energias de fontes endógenas.

**Agentes a envolver**

CM Mealhada, Juntas de Freguesia, Escolas, Comunidade em geral, CCDR Centro, Agência de energia - ADENE, EDP.

**Medidas de atuação**

- Elaborar a matriz energética municipal;
- Realizar auditorias energéticas aos edifícios públicos e escolas;
- Realizar ações de sensibilização de poupança energética.

| |
|---|
| **Obstáculos**<br>Disponibilidade financeira, aquisição de equipamentos. |
| **Tipo de custos**<br>Custos de aquisição de equipamentos mais eficientes;<br>Auditorias energéticas aos edifícios públicos e escolas;<br>Mecanismos para a sensibilização ambiental. |
| **Enquadramento em programas de financiamento**<br>Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro:<br>• Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento – Regulamento Específico "Energia".<br>Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (CIP) 2007-2013.<br>Programa Energia Inteligente – Europa. |
| **Indicadores de monitorização**<br>N.º de ações de sensibilização para poupança energética.<br>N.º total de edifícios com certificação energética no município.<br>% de edifícios privados e públicos certificados com classe B- ou superior.<br>Consumo público de energia elétrica (MWh/ano).<br>Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (MWh/ hab.).<br>Produção bruta de energia elétrica com base em fontes de energia renováveis (%). |

## 3.4 Eixo de intervenção D – Dimensão Social e Participação cívica

O Eixo de Intervenção D, associado à componente social e participação cívica foi identificado como área a valorizar e dinamizar, permitindo um maior envolvimento da população em causas e iniciativas públicas, associadas à solidariedade mas também na componente da sustentabilidade.

Este eixo de intervenção visa assegurar comunidades inclusivas e solidárias, através do envolvimento em rede das instituições de solidariedade social, da comunidade escolar e da comunidade em geral, em iniciativas e/ou programas de apoio aos mais carenciados bem como noutras iniciativas e estratégias públicas.

Deste modo, entre outros aspetos, o presente eixo de intervenção pretende o aprofundamento de mecanismos de participação e de intervenção nos processos de decisão, permitindo a participação dos diferentes agentes e população na promoção da sustentabilidade local.

Esta questão passa igualmente pelo esforço das autarquias em melhorar o processo de governação no sentido de uma maior democracia participativa, incentivando a participação de toda a comunidade na tomada de decisões, de forma clara, rigorosa e transparente. Destaca-se neste aspeto o processo em curso associado à implementação da Agenda 21 Local, e iniciativas associadas, que têm permitido a participação da população na construção de uma visão sustentável para o município.

Na fase associada ao Diagnóstico foram compilados indicadores nas vertentes aqui referidas e que importa acompanhar na sequência da implementação das ações. Como exemplo, com resultado positivo destacam-se as participações associadas às iniciativas da Agenda 21 Local, participação em conferências, palestras e formações, ou intervenção em momentos participativos associados a outros planos de caracter estratégico e de ordenamento do território. Alguns dos aspetos a desenvolver ou complementar passam pelo aumento da participação efetiva da população, nomeadamente através da promoção de momentos que permitam esse envolvimento, aumento do diálogo e parcerias que favoreçam colaborações na área da sustentabilidade, em iniciativas de cooperação a nível local, nacional e internacional.

Neste sentido, são propostas as seguintes ações estratégicas:

- Ação D.1: Estimular o movimento cívico em causas e iniciativas públicas;
- Ação D.2: Incentivo ao voluntariado;
- Ação D.3: Ações de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar.

As ações identificadas neste eixo pretendem desenvolver o trabalho em rede com mais parcerias e voluntariado, promover a coesão entre freguesias e a participação cívica no sentido de uma melhor inclusão social e a igualdade entre os géneros.

### 3.4.1 Ação D.1: Estimular o movimento cívico em causas e iniciativas públicas

| **Objetivos** | **Área de atuação** | **Prioridade** |
|---|---|---|
| Sensibilizar a população a participar ativamente.<br>Desenvolver instrumentos de aproximação da população aos autarcas.<br>Implementação de orçamentos participativos. | Social | Alta |

**Descrição**

Ao nível das iniciativas públicas, o município tem demonstrado empenho, através da política de divulgação e promoção de eventos vários, direcionados para a população, no sentido de aumentar conhecimentos específicos e relevantes para o desenvolvimento local, possibilitando posteriormente uma participação mais ativa e informada.

A CMM, fomenta ainda a divulgação na sua página *on-line* de informações várias, como regulamentos, avisos, atas de reuniões, processos participativos, entre outros, que contribuem para a existência de uma divulgação clara e abrangente das decisões tomadas.

Apesar da divulgação do município, a participação cívica foi identificada como área a valorizar e dinamizar, permitindo um maior envolvimento da população em causas e iniciativas públicas.

Assim, a presente ação pretende dinamizar uma plataforma de interação entre os vários atores locais.

**Agentes a envolver**

CM Mealhada, Juntas de Freguesia, IPSS's, Associações locais, Igreja, Escolas, Comunidade local em geral

**Medidas de atuação**

- Constituir um grupo de trabalho para levantamento das atividades em que poderá existir valorização da participação pública;
- Criação de redes que congreguem vários agentes locais para partilha de informação, envolvimento e co-responsabilização dos agentes locais nos processos de tomada de decisão;
- Divulgar e incentivar o uso de ferramentas de participação já desenvolvidas (ex: "Aconteceu na minha rua");
- Implementar o orçamento participativo.

**Obstáculos**

Adesão da população/parceiros;

Afastamento entre a população e o poder político.

**Tipo de custos**

Custos para dinamização e divulgação das iniciativas

| |
|---|
| **Enquadramento em programas de financiamento**<br>Não aplicável |
| **Indicadores de monitorização**<br>N.º de parcerias e redes.<br>Participação da população (n.º de presenças/participações).<br>N.º de iniciativas públicas. |

### 3.4.2 Ação D.2: Incentivo ao voluntariado

| **Objetivos** | **Área de atuação** | **Prioridade** |
|---|---|---|
| Dar a conhecer o voluntariado e as ferramentas existentes, bem como as necessidades do concelho.<br><br>Promover o maior envolvimento da população em causas e iniciativas solidárias.<br><br>Promover, valorizar e qualificar o voluntariado, e criar condições concretas para o seu exercício. | Social | Média |

**Descrição**

No diagnóstico da Agenda 21 Local, evidenciou-se o significativo envolvimento do município na ação social, procurando realizar uma articulação interinstitucional, por forma a dar resposta aos vários tipos de carências, e promovendo várias respostas sociais de apoio à população.

Entre as várias respostas sociais existentes no município, destaca-se o Banco de Voluntariado, uma resposta social existente desde 2010, e que tem como objetivo promover o espírito e a prática de voluntariado no concelho, fazendo a ponte entre quem quer ser, e quem precisa de receber voluntários.

Contudo, contatou-se nos atos de participação cívica desenvolvidos no âmbito da Agenda 21 Local, que o voluntariado deve continuar a ser uma área a valorizar e dinamizar, permitindo um maior envolvimento da população em iniciativas públicas.

Assim, sugere-se o reforço da informação para a população em geral, da existência de ferramentas para o voluntariado, sendo por isso fundamental a sua divulgação e o apelo ao envolvimento da população e das instituições.

**Agentes a envolver**

Comunidade local, Comunidade escolar, CM Mealhada, Juntas de Freguesia, IPSS's, Associações locais, Igreja.

**Medidas de atuação**

- Formar um grupo de trabalho para levantamento das necessidades do município em termos sociais, identificação das situações de maior carência e estratégias para dinamizar o voluntariado;
- Incremento na divulgação pública da existência do Banco de Voluntariado (ex. através do envio na fatura da água, outdoors, etc.);
- Criação do Prémio Mealhada para os cidadãos que se destaquem em causas públicas;
- Criar incentivos para os voluntários (ex. reduções ou isenções das taxas ou propinas dos estudos);
- Criar o documento do voluntário, ex: 'Passaporte Movimento Cívico' no qual constem carimbos das IPSS's ou outras entidades aderentes e n.º de horas prestadas ao serviço comunitário;

| |
|---|
| • Criar redes de parcerias interinstitucionais. |
| **Obstáculos**<br>Adesão da população/parceiros;<br>Conjugação de horários;<br>Formação de voluntários. |
| **Tipo de custos**<br>Custos para dinamização e divulgação<br>Custo na aplicação das medidas de isenção ou benefício em taxas e propinas |
| **Enquadramento em programas de financiamento**<br>QREN - Programa Operacional Potencial Humano:<br>• Eixo 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa;<br>• Eixo 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social – Regulamento Específico "Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social";<br>• Eixo 7 – Igualdade de género. |
| **Indicadores de monitorização**<br>N.º de ações para incentivo ao voluntariado.<br>N.º de voluntários inscritos no Banco de Voluntários. |

### 3.4.3 Ação D.3: Ações de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar

| **Objetivos** | **Área de atuação** | **Prioridade** |
|---|---|---|
| Desenvolvimento de ações de sensibilização para a sustentabilidade.<br>Envolvimento da comunidade escolar, com a implementação de Agendas 21 Escolares.<br>Promover uso prudente e eficiente dos recursos e encorajamento para consumo e produção sustentáveis. | Social/Ambiente | Alta |

**Descrição**

Esta ação pretende promover a sensibilização e aquisição de conhecimento dos agentes e populações locais, com ênfase nos públicos mais jovens, nomeadamente estudantes.

O Município tem promovido a realização de atividades que permitem a sensibilização da população estudantil para a temática do ambiente e sustentabilidade, incentivando a mobilização dos alunos para ações de preservação do meio ambiente, onde se destacam a participação em iniciativas como o programa Eco Escolas, bem como outras ações de educação ambiental e cidadania.

Um dos objetivos da presente ação passa pela adoção de estratégias que permitam uma aposta crescente e integrada nesta vertente, permitindo a dinamização e coordenação das atividades de sensibilização e educação para a sustentabilidade. Para a implementação deste envolvimento da comunidade escolar sugere-se a dinamização de Agendas 21 Escolar (A21E), adaptando os princípios e objetivos da Agenda 21 Local, sendo que neste caso a comunidade alvo é a escola.

A concretização da A21E passa pelo envolvimento de professores, alunos, funcionários, pais e entidades externas como a CMM, para em cooperação construir um plano de sustentabilidade para a escola.

Paralelamente propõe-se a concretização de campanhas de sensibilização pública para questões associadas à sustentabilidade, tendo em vista o envolvimento progressivo de diferentes grupos alvo, promovendo o uso prudente e eficiente de recursos e o encorajamento de consumo e produção sustentável.

**Agentes a envolver**

Escolas, CMM, Juntas de Freguesia, Associações de defesa do Ambiente, Comunidade local.

**Medidas de atuação**

- Grupo de trabalho para levantamento das atividades em que poderá existir valorização da participação pública e criação de mecanismos de dinamização e valorização;
- Identificação de áreas temáticas a dinamizar (ex: eficiência energética, resíduos consumo sustentável de recursos, água, energia);

| |
|---|
| **Obstáculos**<br>Adesão da comunidade escolar;<br>Dificuldades na mudança de hábitos e comportamentos. |
| **Tipo de custos**<br>Custos para dinamização e divulgação das iniciativas;<br>Realização de eventos de sensibilização. |
| **Indicadores de monitorização**<br>N.º de ações de sensibilização realizadas.<br>N.º de participantes nas ações desenvolvidas.<br>N.º de estabelecimentos de ensino com Agenda 21 Escolar. |

# 4. Plano de monitorização

O Plano de Monitorização consiste na última fase da implementação da Agenda 21 Local, tendo como principal objetivo acompanhar e avaliar os efeitos no ambiente e qualidade de vida no concelho da Mealhada resultantes da implementação do Plano de Ação.

## 4.1 Implementação

Antes da monitorização propriamente dita, e após conhecimento do Plano de Ação e monitorização, a CMM, tendo um papel importante na coordenação e implementação de políticas, deve integrar este plano com os eventuais planos sectoriais para as diferentes áreas de atuação no concelho.

Para além da CMM, e tendo em conta a componente interinstitucional do presente Plano de Ação, é fundamental a adesão e participação dos diversos agentes responsáveis pela sua implementação e execução.

A CMM como promotora deve incentivar a implementação do Plano de Ação, tendo como principal tarefa coordenar as ações propostas com as entidades a envolver, sendo de considerar os seguintes aspetos:

- Garantir e disponibilizar recursos humanos, técnicos e financeiros para a execução das tarefas a que se propõe;
- Assegurar que os intervenientes na execução das tarefas têm competência adequada para a sua realização;
- Promover mecanismos de informação pública e sensibilização para as políticas de sustentabilidade;
- Estabelecer mecanismos de participação interativa entre os agentes a envolver na mesma área de intervenção;
- Contabilizar os custos públicos e privados e respetivos fundos;
- Estabelecer acordos entre a CMM e os diversos agentes a envolver;
- Integrar as ações e eventuais planos sectoriais com outros planos já existentes.

## 4.2 Monitorização

O progresso e implementação do Plano de Ação, e eventuais planos sectoriais resultantes deste, deverão ser monitorizados através de um conjunto de indicadores. O Plano de Monitorização deve ser assegurado e acompanhado por um grupo de trabalho, que assuma as seguintes funções:

- Avaliar o desempenho dos indicadores;
- Assegurar a adaptabilidade das ações no tempo e no espaço;
- Divulgar a informação;
- Verificar a aceitação do público das ações adotadas;
- Apresentar relatórios de progresso.

O Plano de Monitorização pretende criar uma base para avaliar o impacte do Plano de Ação e o respetivo desenvolvimento das ações adotadas, através da análise de indicadores.

Os indicadores de monitorização visam a avaliação da evolução da qualidade ambiental, social e económica do concelho e o desempenho do plano. Os indicadores têm ainda o objetivo de avaliar e otimizar a capacidade dos recursos existentes, compilar informação para apoio à decisão política, informar a população sobre a evolução da sustentabilidade no município, resolução ou minimização de problemas existentes.

Para cada indicador deverá ser estabelecida uma meta a atingir de acordo com a operacionalidade das ações associadas e a respetiva periodicidade para sua análise.

O desempenho dos indicadores pode ser definido através de uma escala qualitativa:

- Positivo, o valor aproxima-se da meta;
- Algum progresso mas insuficiente para atingir a meta;
- Negativo, o valor distancia-se da meta;
- Informação não disponível.

A avaliação da evolução dos indicadores e a análise dos resultados consistem nas principais etapas do processo de monitorização.

A comparação do valor recolhido para cada indicador é efetuada com o valor base e com a meta a atingir, permitindo observar se a sua evolução é positiva ou não. No caso de ser necessário, devem ser identificadas possíveis melhorias e novas oportunidades de implementação das ações ou identificação de procedimentos corretivos.

As metas a atingir para cada um dos indicadores podem sofrer reformulações desde que, mediante a recolha de dados e consequente análise, se conclua que estas se encontram inadaptadas à realidade.

A análise dos resultados refere-se a uma análise periódica dos indicadores referidos no Plano de Ação e permite validar os valores e as ações adotadas ou se necessário, proceder à sua alteração.

## 4.3 Calendarização

O grupo de trabalho é responsável pelo acompanhamento do Plano de Ação e avaliação do Plano de Monitorização, devendo apresentar os seguintes documentos:

- Relatório anual de desempenho (desempenho dos indicadores, grau de concretização dos objetivos, contribuição de cada uma das entidades na concretização dos objetivos (metas a atingir/indicadores);
- Revisão/atualização do Plano de Ação em 2015;
- Conclusões para um novo Plano de Ação e monitorização em 2015.

A elaboração destes documentos permite uma melhor gestão do Plano de Ação contribuindo para dinamizar o processo da Agenda 21 Local, assumindo-se que este pretende ser um processo cíclico, em que o Plano de Ação é redefinido, aperfeiçoado e consolidado, visando a melhoria contínua.

**Quadro 4.1-** Calendarização do plano de ação e monitorização.

| | Calendarização | | |
|---|---|---|---|
| **Tarefas** | **2013** | **2014** | **2015** |
| Plano de atividades e desempenho (anual) | ✓ | ✓ | ✓ |
| Evento público para divulgação de resultados (anual) | | ✓ | ✓ |
| Relatório de sustentabilidade - Balanço e revisão (bianual) | | | ✓ |

No Quadro 4.2 apresenta-se a calendarização e prioridade identificada para cada uma das ações.

**Quadro 4.2-** Calendarização e prioridade para as ações.

| **Ações** | **Prioridades 2013-2015** | | |
|---|---|---|---|
| | **Alta** | **Média** | **Baixa** |
| **Eixo de intervenção A** – Dimensão institucional, redes e parcerias | | | |
| Ação A.1: Acompanhamento de estratégias europeias para a sustentabilidade | | | |
| Ação A.2: Operacionalização local da Agenda 21 | | | |
| | | | |
| **Eixo de intervenção B** – Turismo e Marca Mealhada | | | |
| Ação B.1: Criação e promoção de roteiros turísticos locais | | | |
| Ação B.2: Formação na área do turismo | | | |
| Ação B.3: Concurso de ideias e incubadora para empreendedorismo | | | |
| Ação B.4: Criação de entidade local para promoção da Marca Mealhada | | | |
| | | | |
| **Eixo de intervenção C** – Território e Ambiente | | | |
| Ação C.1: Dinamização e valorização da agricultura | | | |
| Ação C.2: Reabilitação Urbana | | | |
| Ação C.3: Mobilidade sustentável | | | |
| Ação C.4: Eficiência energética | | | |
| | | | |
| **Eixo de intervenção D** – Dimensão Social e Participação Cívica | | | |
| Ação D.1: Estimular o movimento cívico em causas e iniciativas públicas | | | |
| Ação D.2: Incentivo ao voluntariado | | | |
| Ação D.3: Ações de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar | | | |

## 4.4 Indicadores

Apresentam-se no Quadro 4.3 os indicadores e respetiva unidade de medida para cada um dos eixos de intervenção, em que o valor base é o valor a partir do qual será efetuada a comparação com o valor recolhido. Para alguns indicadores não é apresentado valor base, uma vez que a sua quantificação pode resultar da implementação direta do plano de ação. No Quadro 4.3 apresentam-se ainda propostas de metas a atingir em 2015, sendo estas definidas pela entidade responsável pela gestão do Plano de Ação de acordo com a operacionalização das ações.

Com a implementação do plano, para cada indicador deve ser recolhido o valor que permita a sua quantificação no ano de monitorização, e a respetiva avaliação de desempenho/evolução, tendo em conta o valor monitorizado anteriormente e a meta a atingir. Refira-se que os indicadores propostos poderão ser alterados, ajustados tendo em conta o processo de construção e concretização associado à implementação das ações. Adicionalmente são sistematizados no Anexo os indicadores da fase de Diagnóstico.

**Quadro 4.3-** Matriz de indicadores de realização do Plano de Ação.

| Eixos de intervenção | Ações | Indicador | Valor Base | Metas 2015 |
|---|---|---|---|---|
| **A – Dimensão institucional, redes e parcerias** | Ação A.1: Acompanhamento de estratégias europeias para a sustentabilidade | N.º de iniciativas do município que contribuem para a operacionalização da Estratégia Europa 2020 | - | 2 |
| | | N.º de redes e plataformas de cooperação dinamizadas | 4 | 6 |
| | Ação A.2: Operacionalização local da Agenda 21 | N.º de ações da agenda 21 local implementadas | - | 13 |
| | | N.º de iniciativas promovidas visando a participação da população | 4 | 4 |
| | | Taxa de satisfação dos cidadãos | 72 | >75 |
| **B - Turismo e Marca Mealhada** | Ação B.1: Criação e promoção de roteiros turísticos locais | N.º de roteiros criados | - | 2 |
| | | N.º de turistas aderentes | - | - |
| | Ação B.2: Formação na área do turismo | N.º de formações | - | 3 |
| | | Nº de participantes | - | 60 |
| | Ação B.3: Concurso de ideias e incubadora para empreendedorismo | N.º de iniciativas de apoio/divulgação/promoção do empreendedorismo | - | - |
| | | N.º de participantes | 12 | 20 |
| | | N.º de ideias concretizadas (formação de empresas) | - | - |
| | Ação B.4: Criação de entidade local para promoção da Marca Mealhada | N.º de iniciativas de promoção | | 9 |
| | | N.º de entidades distinguidas com a marca 4 Maravilhas | 24 | >24 |
| | | Taxa de ocupação hoteleira - Taxa líquida de ocupação-cama, por estabelecimento (%) | 21,2 | >21,2 |
| **C- Território e Ambiente** | Ação C.1: Dinamização e valorização da agricultura | N.º de cursos de formação | - | 2 |
| | | N.º de Ações de promoção | - | 2 |
| | | Área de hortas comunitárias e com produção de agricultura biológica (%) | - | 5%SAU |
| | | Superfície agrícola útil (%) | 15,4 | >15,4 |
| | | Área de solo integrado no banco de terras (ha) | - | - |
| | Ação C.2: Reabilitação Urbana | N.º de iniciativas/estímulos à reabilitação urbana | - | 2 |
| | | Licenças de recuperação do edificado versus licenças emitidas (%) | 11% | >11% |
| | Ação C.3: Mobilidade sustentável | Ciclovias (km) | 5 | >5 |
| | | Zonas pedonais (km) | - | >5 |
| | Ação C.4: Eficiência energética | N.º de ações de sensibilização para poupança energética | 2 | 2 |
| | | N.º total de edifícios públicos c/ certificação energética no município | 0 | >3 |
| | | Consumo público de energia elétrica (MWh/ano) | - | - |
| | | Consumo doméstico de energia elétrica (MWh/hab.) | 1,1 | <1,1 |
| | | % de edifícios privados e públicos certificados com classe B- ou superior | 39,4% | >39,4% |
| | | Produção bruta de energia elétrica com base em fontes de energia renováveis (%). | - | - |
| **D - Dimensão Social e Participação Cívica** | Ação D.1: Estimular o movimento cívico em causas e iniciativas públicas | N.º de parcerias e redes | - | 2 |
| | | Participação da população (n.º de presenças/participações por 1000 hab) | - | 10 |
| | | N.º de iniciativas públicas | - | 2 |
| | Ação D.2: Incentivo ao voluntariado | N.º de ações para incentivo ao voluntariado | - | 2 |
| | | N.º de voluntários inscritos no Banco de Voluntários | - | >28 |
| | Ação D.3: Ações de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar | N.º de ações de sensibilização realizadas | - | 5 |
| | | N.º de participantes nas ações desenvolvidas | - | - |
| | | N.º de estabelecimentos de ensino com Agenda 21 Escolar | - | >1 |

## 4.5 Parceiros a envolver

Quadro 4.4- Matriz de ações do Plano de Ação e parceiros a envolver

| Eixos de intervenção | Ações | CMM | JF | Escolas | CCDR | Turismo de Portugal | Hotelaria/restauraç. | Empresas/ACICM | Proprietários | Rota da Bairrada | IPSS/associações | Fundação MNB | Assoc. 4 Maravilhas | Igreja | CIM-BM | Adega cooperativa | IEFP | Outros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **A – Dimensão institucional, redes e parcerias** | Ação A.1: Acompanhamento de estratégias europeias para a sustentabilidade | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Ação A.2: Operacionalização local da Agenda 21 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **B - Turismo e Marca Mealhada** | Ação B.1: Criação e promoção de roteiros turísticos | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Ação B.2: Formação na área do turismo | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Ação B.3: Concurso de ideias e incubadora para empreendedorismo | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Ação B.4: Criação de entidade local para promoção da Marca Mealhada | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **C - Território e Ambiente** | Ação C.1: Dinamização e valorização da agricultura | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Ação C.2: Reabilitação Urbana | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Ação C.3: Mobilidade sustentável | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Ação C.4: Eficiência energética | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **D - Dimensão Social e Participação Cívica** | Ação D.1: Estimular o movimento cívico em causas e iniciativas públicas | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Ação D.2: Incentivo ao voluntariado | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Ação D.3: Ações de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar | | | | | | | | | | | | | | | | | |

(página intencionalmente deixada em branco)

# 5. Considerações Finais

O presente documento, relativo ao Plano de Ação, refere-se a uma fase fundamental no desenvolvimento e implementação da estratégia de desenvolvimento sustentável para o Município da Mealhada.

Trata-se de uma ferramenta que visa a operacionalização efetiva da estratégia definida com os agentes locais, nos processos participativos realizados até ao momento. Nesta fase será essencial o desenvolvimento de parcerias com as entidades identificadas, permitindo a concretização de ações.

Paralelamente à implementação, será desenvolvido um Plano de Monitorização permitindo o acompanhamento e avaliação do Plano de Ação. Deste modo, é possível avaliar se as ações propostas permitem alcançar os objetivos estabelecidos.

(página intencionalmente deixada em branco)

# 6. Referências


APA (2007) - Guia Agenda 21 Local – Um desafio para todos, Agência Portuguesa do Ambiente, 2007.

CE (2010) - COM(2010) 2020 final , Comunicação da comissão europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, Comissão Europeia, Bruxelas.

CE (2011) - Política de Coesão 2014-2020 – investir no crescimento e em empregos, Comissão Europeia, Direção- Geral da Politica Regional.

CE (2012a) - Desenvolvimento Local Orientado para a Comunidade – Política de Coesão 2014-2020, Comissão Europeia, Bruxelas.

CE (2012b) - Desenvolvimento Urbano Sustentável Integrado – Política de Coesão 2014-2020, Comissão Europeia, Bruxelas.

EC (2012a) - Guide to Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS3), European Commission.

EC (2012b) - Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation – cohesion policy 2014-2020 - factsheet, European Commission.

IDAD (2012) - Agenda 21 Local do Concelho da Mealhada – Diagnóstico, Instituto do Ambiente e Desenvolvimento, relatório EEP 03.12-11/06.01, Maio 2012.

MEI (2007) - Plano Estratégico Nacional do Turismo para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal, Ministério da Economia e da Inovação.

URL 1 - http://www.pofc.qren.pt/ (acedido a 21-09-2012)

URL 2 - http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm (acedido a 21-09-2012)

URL 3 - http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/index.html

URL 4 - http://www.maiscentro.qren.pt/

URL 5 - http://www.cm-mealhada.pt/

URL 6 - http://www.poph.qren.pt/index.asp

URL 7 - http://portal.cor.europa.eu/europe2020/Pages/welcome.aspx

URL 8 - http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/home

URL 9 - http://www.aalborgplus10.dk/

URL 10 - http://sustainable-cities.eu/index.php

(página intencionalmente deixada em branco)

# 7. Anexos

## 7.1 Matriz de indicadores de caracterização (Diagnóstico)

Indicadores de caracterização utilizados no Diagnóstico (IDAD, 2012), com a respetiva indicação do domínio de sustentabilidade (I-Institucional, A-Ambiental, S-Social, E-Económico), e avaliação qualitativa (positivo: 🟢, negativo: 🟡, relevante mas sem dados para avaliação/comparação: ⚪).

| Domínio | | | | Indicador | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|
| I. | A. | S. | E. | | |
| 🟢 | | | | Agenda 21 Local<br>Participação em ações de implementação | Iniciativas promovidas visando a participação da população (n.º)<br>Participação nas sessões de lançamento e esclarecimento, inquéritos, workshop (n.º de presenças por 1000 hab) |
| 🟢 | | | | Processos participativos dinamizados pela autarquia (IGT's e outros) | Iniciativas promovidas pela CMM (n.º)<br>Participação da população (n.º de presenças/participações por 1000 hab) |
| 🟢 | | | | Formação e informação da população | Iniciativas promovidas pela CMM (n.º)<br>Participação da população (n.º de presenças/participações por 1000 habitantes) |
| 🟡 | | | | Participação Eleitoral - Grau de participação dos eleitores nos actos eleitorais | Presidência da República (% de votantes)<br>Assembleia da República (% de votantes)<br>Parlamento Europeu (% de votantes)<br>Eleições autárquicas (% de votantes) |
| ⚪ | | | | Parcerias e redes com outras cidades, vilas, etc | Parcerias e redes (n.º)<br>Iniciativas desenvolvidas no âmbito das parcerias, relacionadas com princípios da sustentabilidade |
| | | 🟢 | | Número de associações | Associações desportivas, culturais e recreativas (n.º por 1000 hab) |
| 🟢 | | | | Qualidade de vida Taxa de satisfação dos cidadãos | Classificação sobre qualidade de vida (pontuação de 1 a 10) |
| ⚪ | | | | Serviços públicos Taxa de satisfação dos cidadãos | Classificação sobre serviços púbicos (pontuação de 1 a 10) |
| ⚪ | | | | Ações da Agenda 21 local implementadas | Medidas a implementar no Plano de Ação (n.º) |
| 🟢 | | | | Índice do ECOXXI | Intervalos do índice (<40%;≥40-50, ≥50-55; ≥55-60; ≥60) |
| 🟢 | | | | Escolas galardoadas ECO-Escolas | Escolas galardoadas no programa Eco-Escolas (%) |
| 🟢 | | | | Compromissos de Aalborg | Indicador para metas e prazos concretos face aos Compromissos de Aalborg |
| | ⚪ | | | Consumo de Energia Final | Consumo de energia final per capita (tep/hab) |
| | ⚪ | | | Produção de eletricidade por energias renováveis | Produção bruta de energia elétrica com base em fontes de energia renováveis (%)<br>Produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis por distrito (GWh) |
| | 🟢 | | | Consumo de eletricidade | Consumo doméstico de energia elétrica (MWh/ hab.) |
| | 🟢 | | | Consumo de água | Capitação doméstica com base na população residente (l/hab.dia) |
| | 🟢 | | | Qualidade de água para consumo humano | Análises realizadas (%)<br>Cumprimento dos valores paramétricos (%) |
| | 🟢 | | | População servida com sistemas de abastecimento de água | População residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água (%) |
| | 🟢 | | | População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais | Cobertura dos sistemas de drenagem (%)<br>Cobertura dos sistemas de tratamento de águas residuais (%) |
| | 🟡 | | | Eficiência da utilização da água | Perdas de água destinada ao consumo urbano verificadas nos sistemas de abastecimento (%) |
| | ⚪ | | | Estado das águas subterrâneas | |
| | ⚪ | | | Estado das águas de superfície | |

| Domínio | | | | Indicador | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|
| I. | A. | S. | E. | | |
| | 🟠 | | | Queixas de contaminação de linhas de água | Queixas registadas relacionadas com contaminação de linhas de água (n.º) |
| | 🟢 | | | Ações para promoção da biodiversidade | Ações realizadas para a promoção da biodiversidade (n.º) |
| | ⚪ | | | Despesas na gestão e proteção da biodiversidade | Despesas na gestão e proteção da biodiversidade (€/1000 hab.) |
| | ⚪ | | | Áreas Produção de agricultura biológica | Percentagem de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) para produção biológica (%) |
| | 🟢 | | | Área de floresta | Ocupação da área floresta face à área total (%) |
| | 🟢 | | | Superfície florestal ardida | Taxa de superfície florestal ardida (%) |
| | 🟢 | | | Índice de Qualidade do Ar | Dias com índice de qualidade do ar Bom ou Muito Bom (%) |
| | 🟠 | | | Nº de queixas (Q.ar/odores) | Queixas registadas relacionadas com problemas de qualidade do ar (n.º) |
| | 🟢 | | | Produção de resíduos | Capitação diária de resíduos urbanos (kg/habitante.dia) |
| | 🟠 | | | Reciclagem e valorização de resíduos urbanos | Taxa de reciclagem dos diversos fluxos de resíduos – embalagens e resíduos de embalagens (%) |
| | 🟢 | | | Ecopontos | Habitantes por ecoponto (n.º) |
| | 🟠 | | | Gestão de resíduos | Resíduos urbanos para aterro (%) |
| | ⚪ | | | Deposição ilegal de resíduos | Queixas registadas (n.º) |
| | 🟢 | | | Edifícios com certificação energética | Total de edifícios com certificação energética (n.º)<br>Edifícios certificados com classe B- ou superior (%) |
| | 🟠 | | | Edifícios públicos com certificação energética | Edifícios públicos com certificação energética (n.º) |
| | 🟢 | | | Sensibilização para poupança energética | Ações de sensibilização desenvolvidas (n.º) |
| 🟠 | | | | Política sustentável na aquisição de bens e serviços | Aplicação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas (RCM 65/2007) |
| | | | 🟢 | Promoção do consumo de produtos regionais/ nacionais | Campanhas/eventos de sensibilização (n.º) |
| | | 🟠 | | Licenças de recuperação do edificado versus licenças emitidas | Percentagem de licenças emitidas para recuperação habitacional face ao total de licenças emitidas (%) |
| | | 🟠 | | Imóveis classificados ou em vias de classificação | 2 imóveis de interesse público e 1 em vias de classificação |
| | 🟢 | | | Execução de área urbanizável | Quociente entre área urbanizada e o total de área urbana (%) |
| | | | 🟢 | Zonas Empresariais promovidas pela CMM | Organização do espaço industrial/empresarial para permitir acolhimento de novas unidades e das existentes no meio do tecido urbano |
| | | ⚪ | | Idade dos veículos em circulação | Número médio de anos dos veículos em circulação (anos) |
| | | 🟢 | | Sinistralidade rodoviária / Índice de gravidade | Índice de gravidade determinado em função do n.º de vítimas mortais por n.º de acidentes |
| | | ⚪ | | Utilizadores de transportes públicos | Utilizadores de transportes públicos (n.º) |
| | | ⚪ | | Utilizadores da ferrovia | Utilizadores da ferrovia (n.º) |
| | | 🟠 | | Ciclovias | Ciclovias (km) |
| | | 🟠 | | Zonas pedonais | Zonas pedonais (km) |
| | | 🟠 | | Edifícios municipais acessíveis | Edifícios municipais com acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida (%) |
| | | 🟠 | | Profissionais de saúde | Médicos (n.º por 1000 habitantes)<br>Enfermeiros (n.º por 1000 habitantes) |
| | | 🟢 | | Atividades para promoção de saúde, desporto, modo de vida saudável. | Atividades promovidas pela CMM (n.º)<br>Participação da população nas atividades (n.º de participantes por 1000 habitantes) |
| | | 🟠 | | N.º de consultas por habitante | Consultas por habitante (n.º) |
| | | 🟢 | | Farmácias | Farmácias e postos farmacêuticos móveis (n.º por 1000 habitantes) |
| | | ⚪ | | Condicionantes no planeamento urbanístico visando promoção saúde | Informação não existente. |
| | | ⚪ | | Estudos e avaliações de impactes na saúde | Informação não existente. |

| Domínio | | | | Indicador | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|
| I. | A. | S. | E. | | |
| | | ● | | Taxa de atividade | População ativa sobre a população total (%) |
| | | ● | | Taxa de desemprego | Proporção da população desempregada no total da população ativa (%). |
| | | ● | | Inscritos no centro de emprego | Inscritos no centro de emprego a 31 de Dezembro (variação percentual face ao ano anterior) |
| | | | ● | Densidade de empresas | Densidade de empresas (N.º/km2 (anuário INE) |
| | | | ● | Organizações com Gestão ambiental e responsabilidade social | Registo EMAS (n.º)<br>Certificação ISO 14001 (n.º)<br>Rótulo Ecológico da EU (n.º) |
| | | | ● | Entidades distinguidas com a marca "4 Maravilhas da Mesa da Mealhada" | Agentes económicos distinguidos com a marca (n.º) |
| | | | ● | Vinho DOP | Vinho produzido com denominação de origem protegida (%) |
| | | | ● | Capacidade de alojamento turístico | Capacidade de alojamento nos empreendimentos turísticos por 1000 habitantes (n.º/1000 hab) |
| | | | ● | Ocupação hoteleira | Taxa líquida de ocupação-cama, por estabelecimento (%) |
| | | | ● | Intensidade turística | Relação entre a quantidade de turistas e a população residente (dormidas noite/hab) |
| | | ● | | Taxa da população abaixo do limiar de pobreza | Percentagem da população com nível de rendimento abaixo do limiar de pobreza, 434€ em 2009 (%). |
| | | ● | | Taxa de criminalidade | Valor relativo a mil habitantes |
| | | ● | | Taxa de cobertura das creches | (%) |
| | | ● | | Taxa de cobertura dos centros de dia | (%) |
| | | ● | | Taxa de cobertura de lares de idosos | (%) |
| | | ● | | Visitantes de espaços culturais | Espetadores de cinema por habitante. |
| | | ● | | Despesas correntes com cultura por habitante | € por habitante |
| | ● | | | Emissão de gases com efeito de estufa (GEE) | Emissões de gases com origem antropogénica que contribuem para o efeito de estufa agregados em equivalentes de $CO_2$ (t de $CO_2$eq./hab) |
| | ● | | | Arvores autóctones plantadas | Espécies autóctones plantadas (n.º) |
| ● | | | | Participação em iniciativas nacionais, internacionais | (n.º) |
| | ● | | | Transportes que utilizem energias alternativas | Aquisição de transportes que utilizem energias alternativas |

## 7.2 Matriz SWOT (Pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades)

Apresenta-se nos quadros seguintes, uma síntese da avaliação efetuada no diagnóstico, neste caso esquematizada através de uma análise SWOT simplificada.

| **Pontos fortes** | **Pontos fracos** |
|---|---|
| Localização geográfica, proximidade a Aveiro e Coimbra.<br>Boa rede de acessibilidades.<br>Recursos e potencial turístico.<br>Valências ambientais, paisagísticas (mata do Buçaco, espaços verdes).<br>Gastronomia.<br>Infraestruturas culturais e desportivas.<br>Infraestruturas básicas (abastecimento, saneamento). | Oferta na rede de transportes públicos e acessibilidades internas (entre freguesias).<br>Estratégia de marketing integrada face às potencialidades do município (recursos gastronómicos, Luso, Buçaco,..).<br>Centros urbanos degradados.<br>Rentabilização do potencial hoteleiro.<br>Impactos ambientais de instalações agropecuárias e fabris ao nível da hidrologia e qualidade do ar. |
| **Oportunidades** | **Ameaças** |
| Promoção e rentabilização dos recursos turísticos e da marca Mealhada, associada à gastronomia (4 Maravilhas), Termas do Luso e a Mata do Buçaco.<br>Promoção da enologia, como sector produtivo e turístico (Rota da Bairrada)<br>Criação e recuperação de património edificado<br>Definição de rotas temáticas específicas<br>Desenvolvimento da procura nacional no turismo, devido à localização geográfica e contexto económico | Disponibilidade financeira para investimentos (culturais, marketing, requalificação)<br>Aumento da taxa de desemprego.<br>Diminuição da procura do turismo associado às termas.<br>Degradação do potencial da Mata do Buçaco.<br>Impactos ambientais relacionados atividades do sector primário e indústrias<br>Acentuação do carácter dormitório, face à proximidade a outros pólos urbanos |

## 7.3 Informação do 2º workshop

**Enquadramento**

No âmbito da Agenda 21 Local, foi promovida um segunda sessão de debate aberto à comunidade visando a identificação de ações a implementar para qualificar o ambiente e promover o desenvolvimento sustentável em todo o território do concelho de Mealhada. A sessão decorreu no dia 16 de Junho de 2012, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre.

O tema em discussão foi: MEALHADA EM AÇÃO. Nesta sessão pretendeu-se efetuar a apresentação do Diagnóstico, conclusões da fase anterior de debate realizado, e identificação das áreas prioritárias. Foram criadas condições para que todos os participantes contribuíssem posteriormente com o seu conhecimento e opinião sobre esta temática, visando a identificação de medidas a incorporar no Plano de Ação.

**Programa**

O programa teve início com a receção dos convidados às 12:00 tendo terminado às 18:00, de acordo com os seguintes pontos:

- Receção dos participantes
- Almoço convívio
- Sessão plenária: Diagnóstico, 1º Workshop e áreas prioritárias
- Outras comunicações (CMM, Ambiente, Empreendedorismo)
- Sessão de grupos de trabalho
- Pausa para café
- Sessão plenária: apresentação de resultados, debate e recomendações

**Entidades presentes/convidadas**

Agrupamento de Escolas da Mealhada

Associação Bairrada Solidária

Associação Comercial e Industrial da Mealhada

Associação de Aposentados da Bairrada

Associação de Jovens Cristãos do Luso
Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Antes
Associação dos Apicultores do Litoral Centro
Associação para a Defesa do Património Cultural da Vimieira
Associação Recreativa e Cultural Oficina de Teatro do Cértima
Associação Recreativa Ventosa do Bairro
Bombeiros Mealhada (Comandante)
Câmara Municipal de Mealhada
CDS-PP
Centro Cultural Desportivo Recreativo da Pedrulha
Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Ventosa do Bairro
Centro Recreativo Cultural e Desportivo do Travasso
Comissão de Melhoramentos e Promoção da Freguesia de Ventosa do Bairro
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1037 Sant'Ana - Mealhada
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 910 - Casal Comba
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação Mealhada
Escola Profissional Vasconcellos Lebre
Fundação Mata do Buçaco
Grande Hotel do Luso
Grupo Coral Magister
Grupo Regional de Pampilhosa do Botão
Jardim de Infância de Sant'Ana
JSD
Junta de Freguesia da Pampilhosa
Junta de Freguesia da Vacariça
Junta de Freguesia de Antes
Junta de Freguesia de Barcouço
Junta de Freguesia de Casal Comba
Junta de Freguesia de Mealhada
Junta de Freguesia de Ventosa do Bairro
Junta de Freguesia do Luso
LISMOS - Associação Ambiental e Cultural do Canedo
Meagri - Cooperativa Agrícola Concelho Mealhada SCRL
O Planalto - Associação de Desenvolvimento Rural
Outros
PSD
Rancho Infantil e Juvenil de Ventosa do Bairro
Sociedade Água do Luso
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Mealhada
IDAD

**Síntese**

O 2º - Workshop da A21L da Mealhada com o título “Mealhada em Ação” contou com a presença de 68 participantes, que representam diversos atores da sociedade Mealhadense.

O objetivo deste exercício de participação pública foi identificar as áreas prioritárias em que se deve intervir por forma a tornar o município ainda mais sustentável. Para tal os participantes deveriam identificar as ações necessárias a implementar para dar seguimento às áreas prioritárias, os parceiros e meios a envolver e bem como as dificuldades

esperadas.

No final da sessão dos 10 grupos de trabalho, cada porta-voz do grupo apresentou aos restantes intervenientes as suas escolhas. Destas intervenções foram sugeridas diversas ações concretas nas áreas do Turismo, Atividade Agrícola, Coesão Social, Qualidade Ambiental, Reabilitação Urbana e Economia/Emprego.

Relativamente aos parceiros e meios a envolver salientaram-se a CM Mealhada, IPSS, Juntas de Freguesia, Associações, Empresários, população em geral e ainda agentes regionais.

Contudo, a implementação das diversas ações apresenta algumas dificuldades identificadas pelos intervenientes, nomeadamente, obstáculos legais/burocráticos, financeiros, participação pública, envolvimento de privados, formação específica.

Em termos globais foram identificadas diversas ações, cujo número se distribui por diferentes áreas:

- Turismo – 6
- Atividade Agrícola – 4
- Coesão Social – 3
- Qualidade Ambiental – 3
- Reabilitação Urbana – 3
- Economia/Emprego – 3
- Participação Pública – 2
- Educação e Sensibilização – 2
- Marca Mealhada – 2
- Consumo/Eficiência Energética – 1
- Outros (Desporto não Federado) – 1

A informação aqui compilada foi considerada para a elaboração do Plano de Ação no qual se avaliou a exequibilidade da implementação das várias ações identificadas em função dos obstáculos identificados, bem como medidas e indicadores concretos possibilitando a acompanhamento e respetiva operacionalização das ações.

A informação foi posteriormente agregada nos eixos estratégicos identificados, permitindo a apresentação das áreas e ações referidas no presente documento.

## 7.4 Compromissos de Aalborg

| Eixos de intervenção | Ações | 1 Governança | 2 Gestão Local para a Sustentabilidade | 3 Bens comuns naturais | 4 Consumo responsável e opções de estilo de vida | 5 Planeamento e Desenho Urbano | 6 Melhor Mobilidade, Menos Tráfego | 7 Ação Local para a Saúde | 8 Economia Local Dinâmica e Sustentável | 9 Equidade e Justiça Social | 10 Do Local para o Global |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **A – Dimensão institucional, redes e parcerias** | Ação A.1: Acompanhamento de estratégias europeias para a sustentabilidade | | | | | | | | | | |
| | Ação A.2: Operacionalização local da Agenda 21 | | | | | | | | | | |
| **B - Turismo e Marca Mealhada** | Ação B.1: Criação e promoção de roteiros turísticos | | | | | | | | | | |
| | Ação B.2: Formação na área do turismo | | | | | | | | | | |
| | Ação B.3: Concurso de ideias e incubadora para empreendedorismo | | | | | | | | | | |
| | Ação B.4: Criação de entidade local para promoção da marca Mealhada | | | | | | | | | | |
| **C - Território e Ambiente** | Ação C.1: Dinamização e valorização da agricultura | | | | | | | | | | |
| | Ação C.2: Reabilitação Urbana | | | | | | | | | | |
| | Ação C.3: Mobilidade sustentável | | | | | | | | | | |
| | Ação C.4: Eficiência energética | | | | | | | | | | |
| **D - Dimensão Social e Participação Cívica** | Ação D.1: Estimular o movimento cívico em causas e iniciativas públicas | | | | | | | | | | |
| | Ação D.2: Incentivo ao voluntariado | | | | | | | | | | |
| | Ação D.3: Ações de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar | | | | | | | | | | |